

Boletim Informativo | n. 32 | dez. 2022

SITUAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO



Coordenação-Geral de
Planejamento no SUS | CGPS

Coordenação da Gestão dos Instrumentos de
Planejamento no SUS | COGINP

DEPARTAMENTO DE GESTÃO
INTERFEDERATIVA E PARTICIPATIVA | DGIP

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Sumário

Resultados relativos ao Plano de Saúde	5
Resultados relativos à Programação Anual de Saúde (PAS)	7
Resultados relativos ao Relatório Anual de Gestão (RAG).....	12
Resultados relativos ao Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA)	16
Referências	33

APRESENTAÇÃO

O planejamento no Sistema Único de Saúde é uma função gestora que, além de requisito legal, é um dos mecanismos relevantes para assegurar a unicidade e os princípios constitucionais do Sistema Único de Saúde (SUS). Expressa as responsabilidades dos gestores de cada esfera de governo em relação à saúde da população do território quanto à integração da organização sistêmica (BRASIL; FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2016).

Conforme prevê a legislação, os instrumentos de planejamento do SUS são: plano de saúde, programação anual de saúde e os relatórios de gestão.

O plano de saúde (PS) é o instrumento central da coordenação do sistema de saúde e no qual devem estar expressos as responsabilidades sanitárias e os compromissos da gestão com as necessidades da população, bem como as situações de cooperação com os demais atores que atuam no território para a gestão e o financiamento das ações e serviços de saúde no território, no âmbito de cada esfera da gestão do SUS para o período de quatro anos.

A programação anual de saúde (PAS) é o instrumento que operacionaliza as intenções expressas no PS e tem por objetivo a anualização das metas desse plano e previsão da alocação dos recursos orçamentários a serem executados.

O relatório detalhado do quadrimestre anterior (RDQA) é um instrumento de monitoramento e acompanhamento da execução da PAS.

Por sua vez, o relatório anual de gestão (RAG) apresenta os resultados alcançados com a execução da PAS ao final do exercício e orienta eventuais redirecionamentos que se fizerem necessários no PS.

De acordo com a Lei nº 8.142/1990, para receberem recursos do Fundo Nacional de Saúde (FNS), os municípios, os estados e o Distrito Federal deverão possuir plano de saúde e relatórios de gestão.

O **DigiSUS Gestor – Módulo Planejamento (DGMP)** é um sistema utilizado pelos estados, Distrito Federal e municípios, para registro de informações e documentos relativos ao plano de saúde e à PAS, bem como para a elaboração do RDQA e do RAG referentes ao ano de 2018 em diante. Por meio do sistema, os relatórios de gestão são enviados para análise e manifestação do Conselho de Saúde.

Para fins de monitoramento, este boletim apresenta mensalmente a situação de elaboração, entrega e apreciação dos instrumentos de planejamento para os entes subnacionais (estados, Distrito Federal e municípios), com base nos dados coletados no DGMP.

ISSN 2764-4286

2022 Ministério da Saúde.



Esta obra é disponibilizada nos termos da Licença Creative

Commons – Atribuição – Não Comercial – Compartilhamento pela mesma licença 4.0 Internacional. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte. A coleção institucional do Ministério da Saúde pode ser acessada, na íntegra, na Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde: bvms.saude.gov.br

Elaboração, distribuição e informações:

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Secretaria-Executiva
Departamento de Gestão Interfederativa e Participativa
Coordenação Geral de Planejamento no SUS/Coordenação de Gestão dos Instrumentos de Planejamento no SUS
Esplanada dos Ministérios, bloco G, Edifício Sede
CEP: 70058-900 – Brasília/DF
Tel.: (61) 3315-2600
E-mail: coginp@saude.gov.br
Site: www.gov.br/saude

Coordenação:

Érico Rossano Moreto dos Santos

Elaboração:

Dorian Chim Smarzaró

Colaboração:

Cristiano Freitas de Telles
Fabiano Messias da Silva
Henrique Flávio de Souza
Hugo Fricks Tonan Rosa
Jardenia Marçal Rosa
Luiza Maria Pereira Schaidt
Midya Hemilly Gurgel de Souza Targino
Rafael Ladeira Ornelas
Rochelle Patrícia Ferraz de Souza

SOBRE OS STATUS NOS GRÁFICOS

Neste boletim, os *status* apresentados nos gráficos referem-se às situações dos instrumentos de planejamento quanto à sua elaboração, encaminhamento e apreciação nos respectivos conselhos de saúde (CS). O infográfico a seguir apresenta os significados referentes a cada *status*.

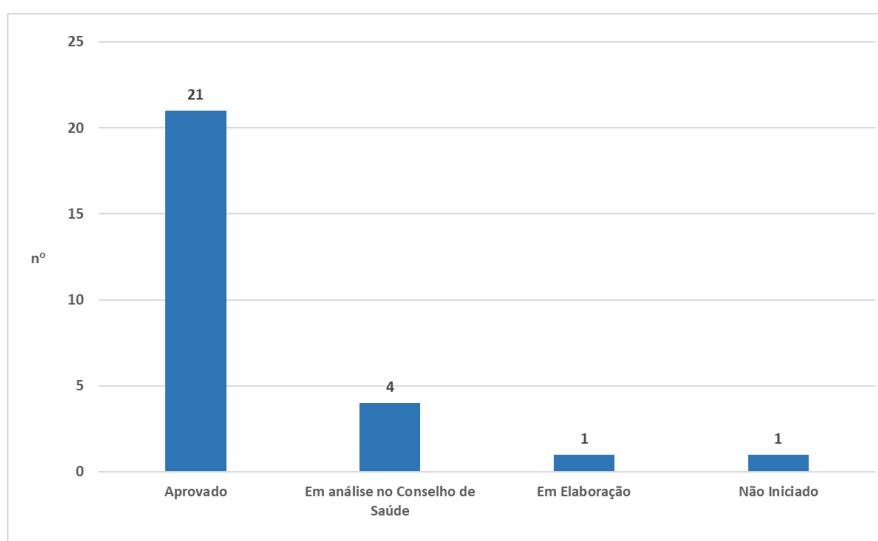


RESULTADOS

Resultados relativos ao Plano de Saúde

O gráfico 1 apresenta a situação do Plano de Saúde (PS) para os estados e o Distrito Federal no quadriênio 2020-2023 conforme dados disponíveis no DigiSUS Gestor – Módulo Planejamento (DGMP). Constatou-se o estado de Roraima não havia registrado o PS até a data de 31/12/2022 no DGMP. Para o quadriênio anterior (2016-2019), todos os estados e o Distrito Federal registraram o plano de saúde aprovado no DGMP.

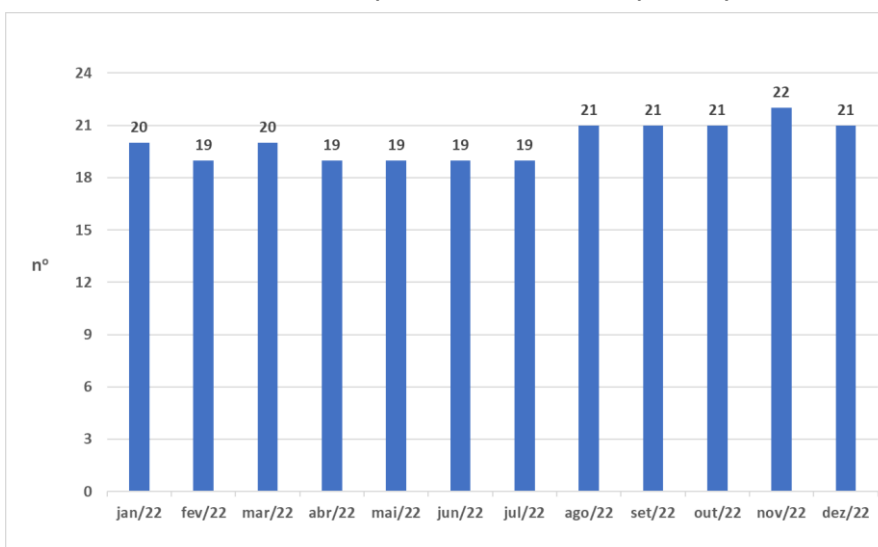
Gráfico 1 – Situação do plano de saúde das unidades federativas, segundo status (2020-2023)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/12/2022

A apuração realizada mensalmente, de janeiro a dezembro de 2022, aponta estabilidade no número de unidades federativas com plano de saúde aprovado. No DGMP, quando há reabertura do campo do plano de saúde, o status apresentado retorna para condição de “em elaboração”. Por isso que são observadas oscilações no quantitativo de planos aprovados ao longo do ano (gráfico 2).

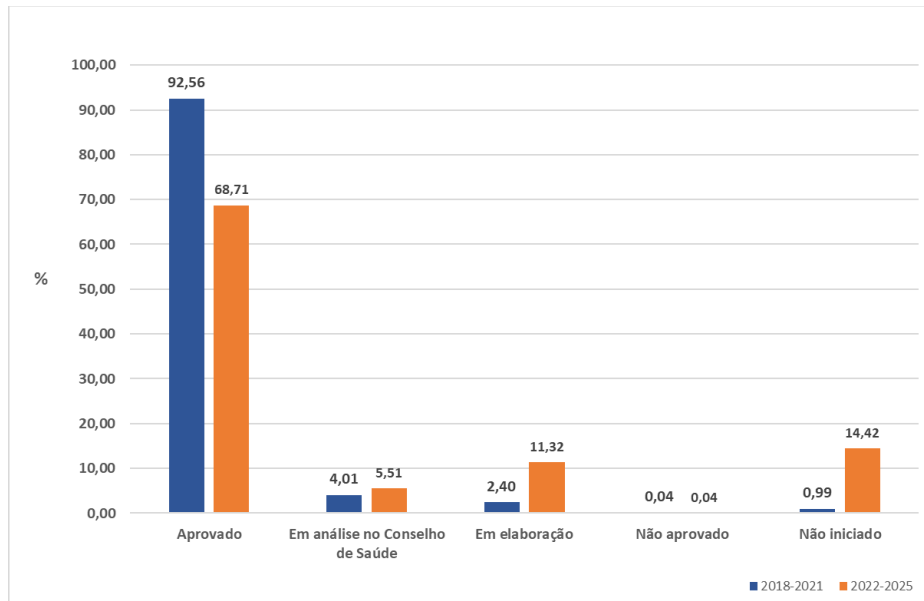
Gráfico 2 – Número de unidades federativas com plano de saúde 2020-2023 aprovado, janeiro a dezembro de 2022



Fonte: DGMP. Dados coletados no último dia de cada mês

Para os municípios, o PS vigente é para o quadriênio 2022 a 2025. Cerca de 69% dos municípios brasileiros registraram no DGMP informações relativas ao PS aprovado no CS. Ao longo de 2022, ainda serão apresentados neste boletim os resultados relativos ao período 2018-2021 (gráfico 3).

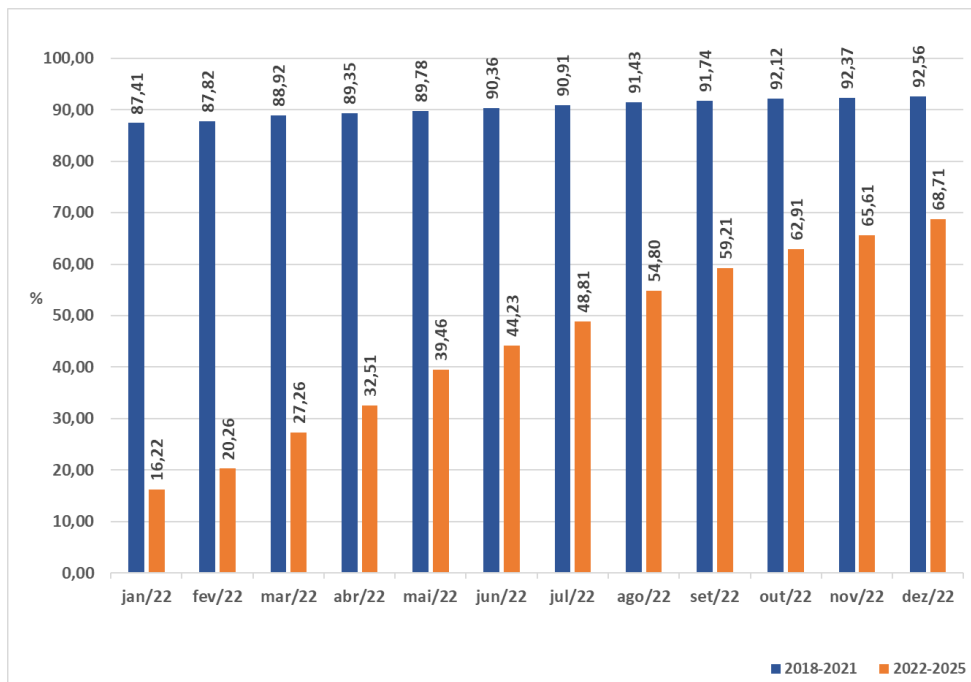
Gráfico 3 – Situação do plano de saúde dos municípios brasileiros, segundo status (2018-2021 e 2022-2025)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/12/2022

A apuração realizada mensalmente, de janeiro a dezembro de 2022, demonstra a evolução da proporção de planos municipais de saúde aprovados e registrados no DGMP (gráfico 4).

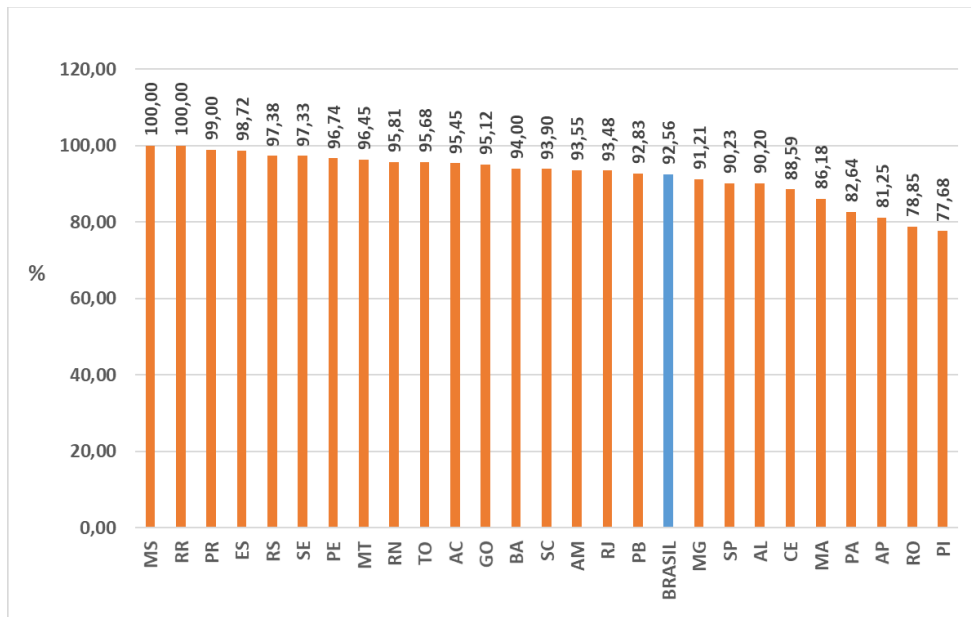
Gráfico 4 – Percentual de municípios com plano de saúde 2018-2021 e 2022-2025 aprovados, janeiro a dezembro de 2022



Fonte: DGMP. Dados coletados no último dia de cada mês

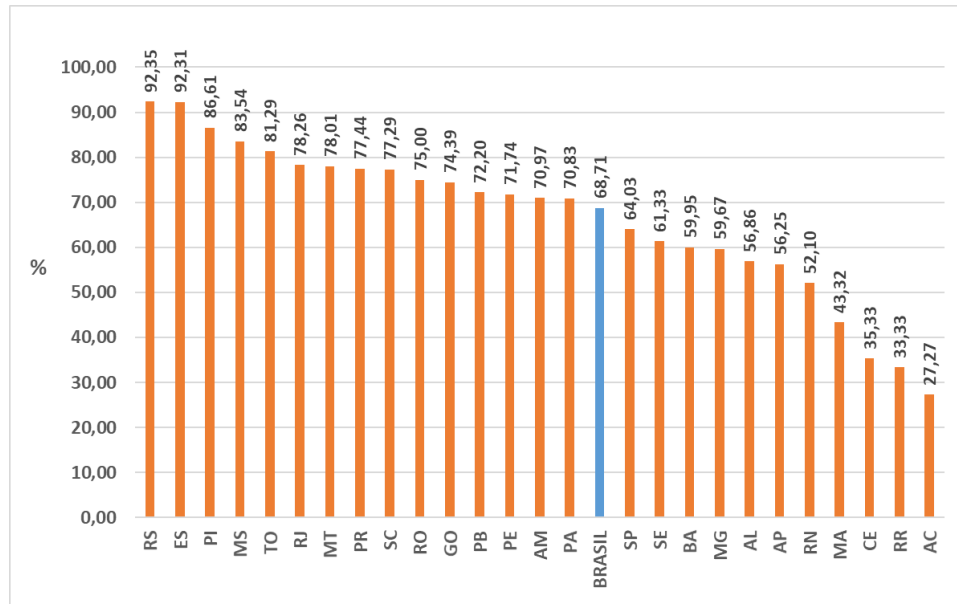
Os gráficos 5 e 6 detalham, respectivamente nos quadriênios 2018-2021 e 2022-2025, os resultados por estado, apresentando o percentual de municípios com plano aprovado de acordo com os registros no DGMP.

Gráfico 5 – Proporção de municípios com plano de saúde aprovado, por estado (2018-2021)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/12/2022

Gráfico 6 – Proporção de municípios com plano de saúde aprovado, por estado (2022-2025)

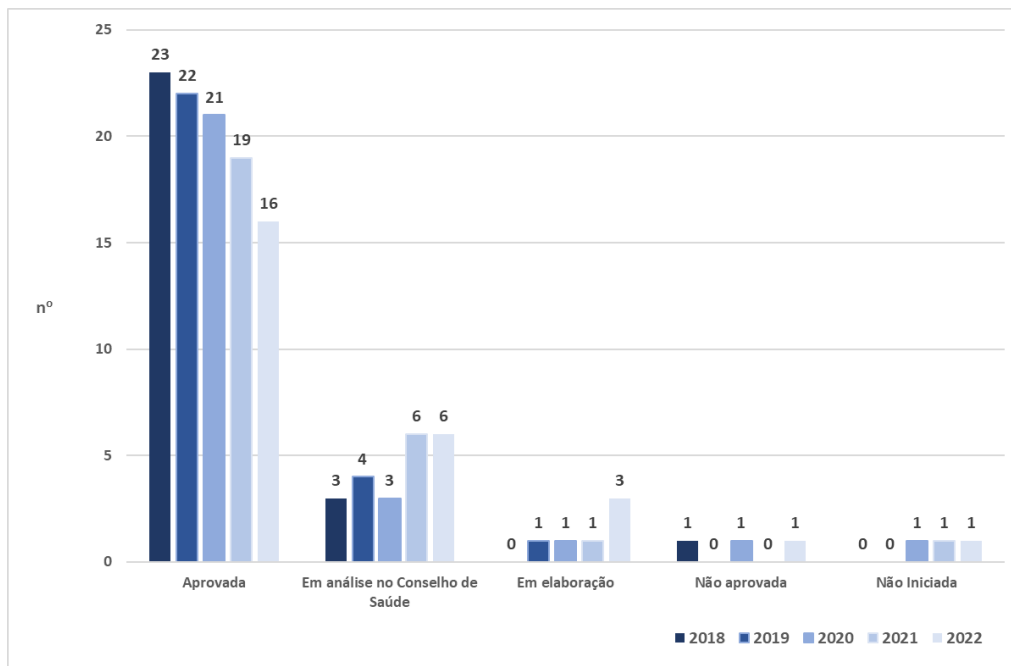


Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/12/2022

Resultados relativos à Programação Anual de Saúde (PAS)

Considerando-se os *status* que representam registro da PAS no DGMP (Aprovada + Em análise no CS + Não aprovada), observa-se pelo gráfico 7 que o número foi semelhante para os quatro primeiros anos da série: 2018 (27), 2019 (26), 2020 (25), 2021 (25) e 2022 (23). Duas unidades federativas não tinham iniciado o registro dos dados da PAS 2022 no sistema.

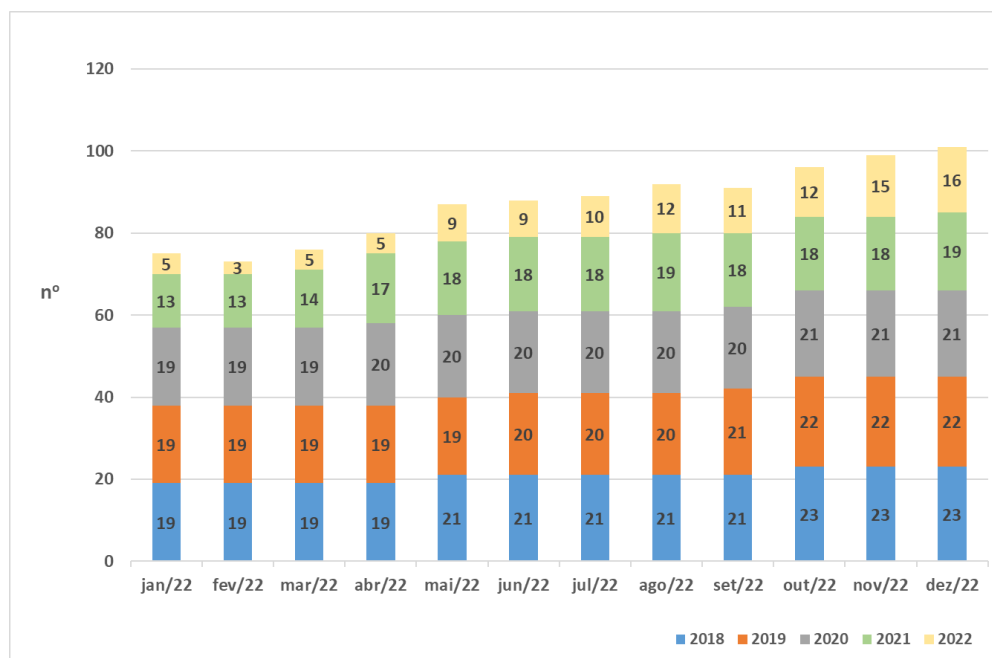
Gráfico 7 – Situação da PAS das unidades federativas, segundo status (2018 a 2022)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/12/2022

A apuração realizada mensalmente, de janeiro a dezembro de 2022, demonstra a evolução número de unidades federativas com programações anuais de saúde aprovadas e registrados no DGMP, conforme o ano. A variação negativa observada na programação anual de saúde de 2022 entre janeiro e fevereiro decorre de reabertura do referido instrumento no DGMP para ajuste, que implica no retorno do status para “em elaboração” (gráfico 8).

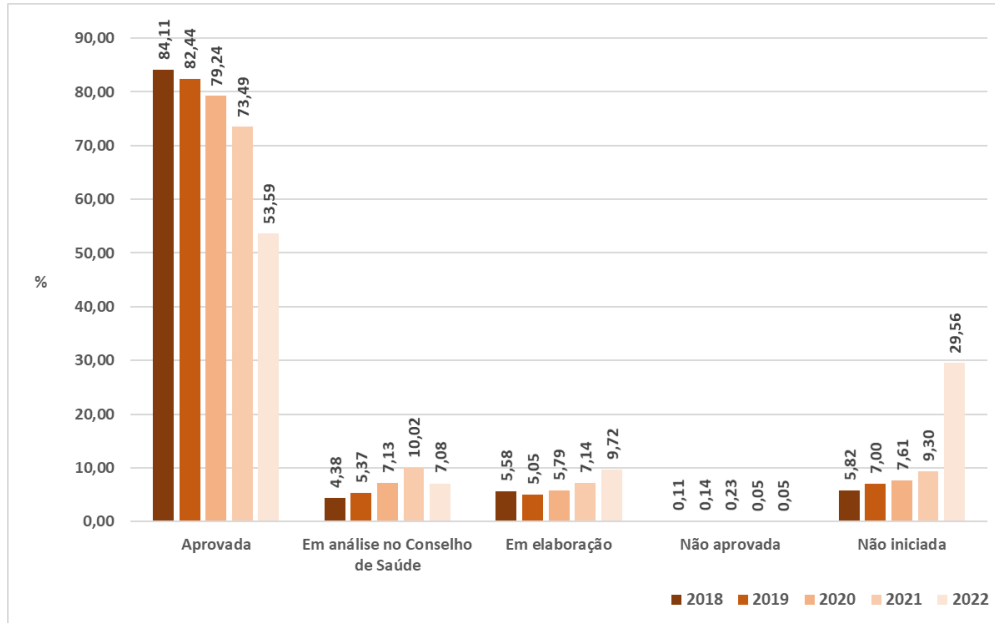
Gráfico 8 – Número de unidades federativas com programação anual de saúde aprovada, janeiro a dezembro de 2022



Fonte: DGMP. Dados coletados no último dia de cada mês

Numa análise similar para os municípios, considerando-se os *status* que representam registro no DGMP (Aprovado + Em análise no CS + Não aprovada), observa-se que essa proporção foi maior nos anos iniciais da série: 2018 (88,60%), 2019 (87,95%), 2020 (86,60%), 2021 (83,56%) e 2022 (60,72%), conforme gráfico 9.

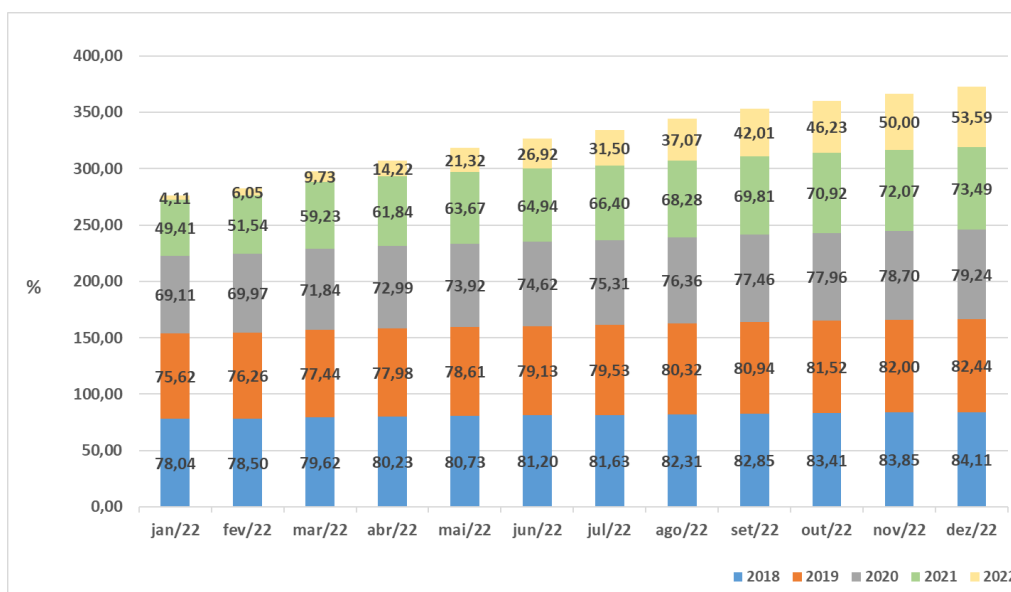
Gráfico 9 – Situação da PAS dos municípios brasileiros, segundo *status* (2018 a 2022) (Em %)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/12/2022

O gráfico 10 demonstra a evolução do percentual de municípios com programação anual de saúde aprovada e registrada no DGMP, mediante mês de apuração do dado.

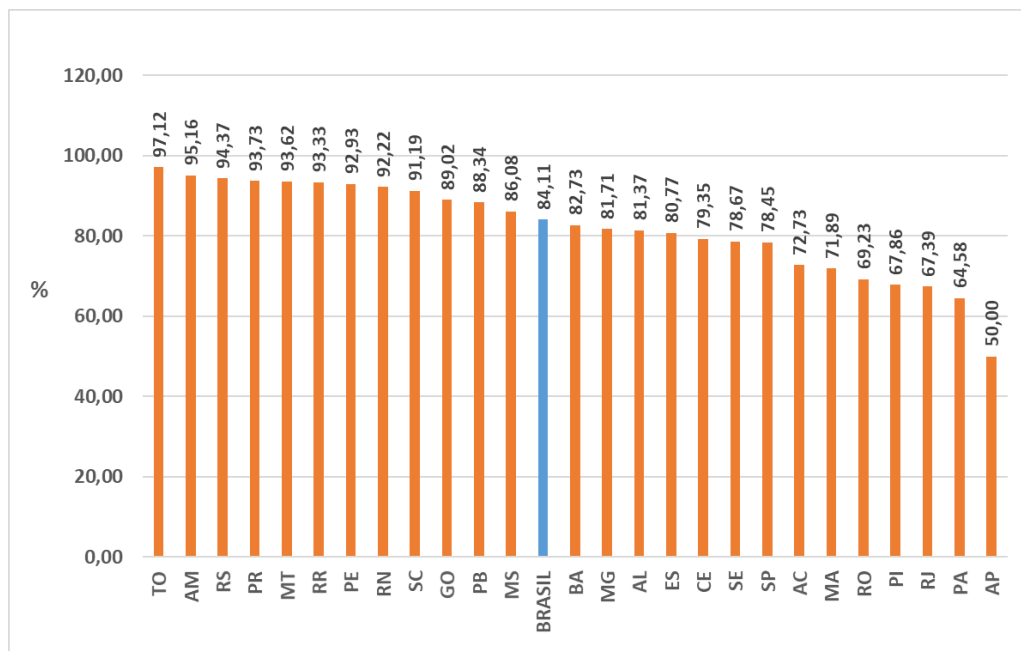
Gráfico 10 – Percentual de municípios com programação anual de saúde aprovada, segundo ano - janeiro a dezembro de 2022



Fonte: DGMP. Dados coletados no último dia de cada mês

No detalhamento da situação da PAS 2018 dos municípios por estado, observa-se que 97,12% dos municípios do Tocantins estão com esse instrumento aprovado de acordo com os registros no DGMP. A menor proporção foi observada no Amapá (50,00%), enquanto a proporção para todo o país foi de 84,11%. O gráfico 11 demonstra esse percentual em todos os estados brasileiros.

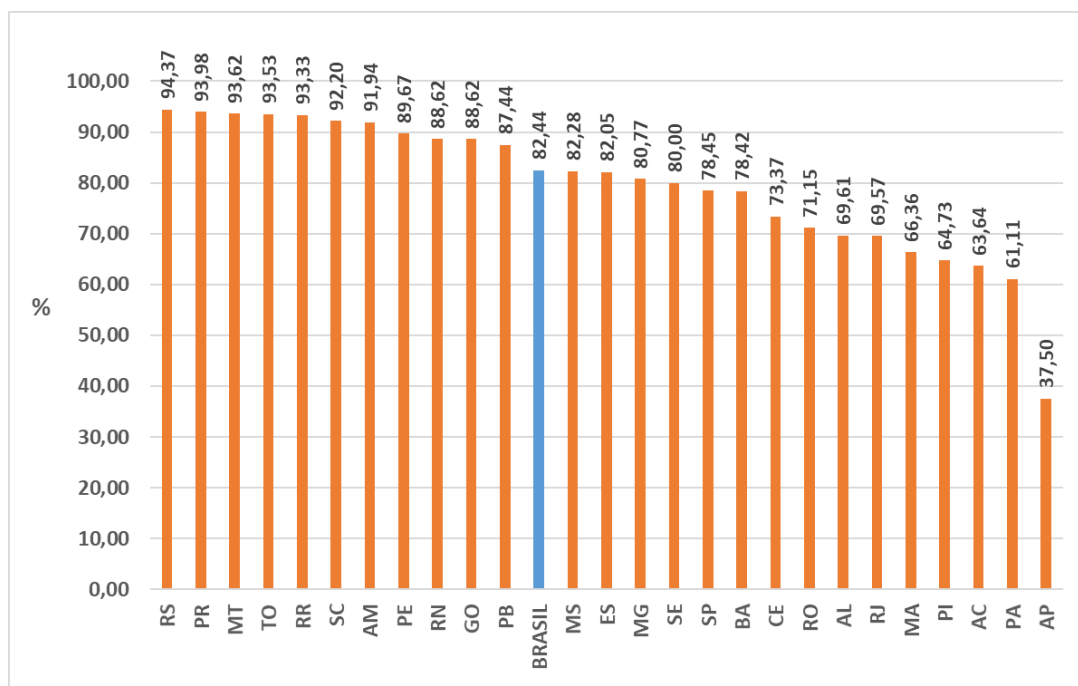
Gráfico 11 – Proporção de municípios com a PAS 2018 aprovada, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/12/2022

Com relação à PAS 2019, a maior proporção de municípios com esse instrumento aprovado foi verificada no estado do Rio Grande do Sul (94,37%). A proporção para todo o país foi de 82,44%. A situação de todos os estados é apresentada no gráfico 12.

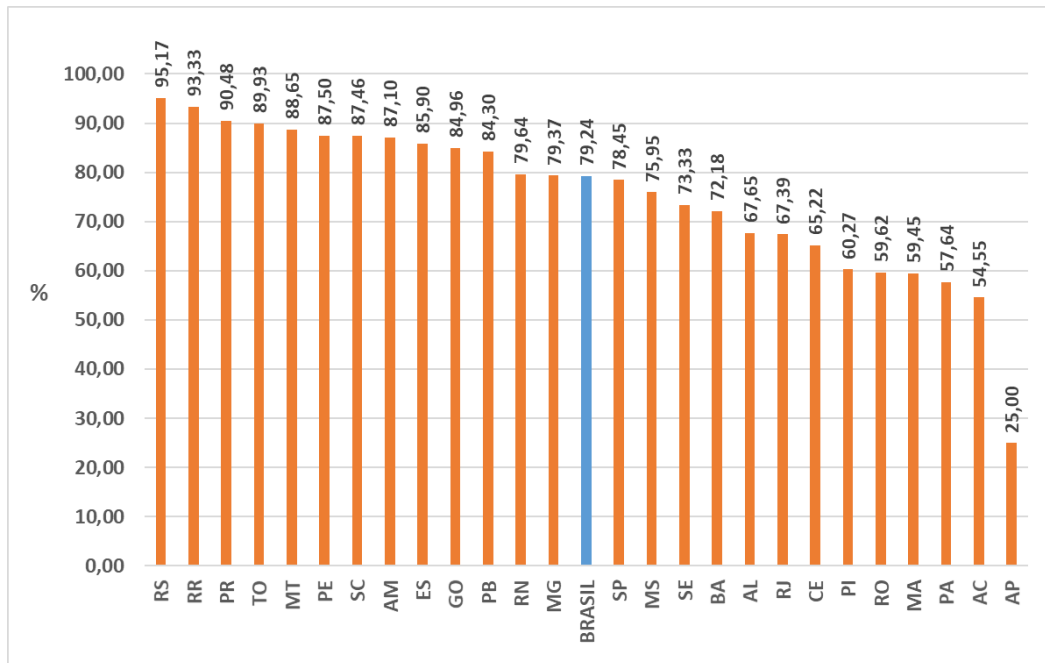
Gráfico 12 – Proporção de municípios com a PAS 2019 aprovada, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/12/2022

Para a PAS 2020, a proporção de municípios brasileiros com o referido instrumento aprovado foi de 79,24%. A maior proporção foi observada no estado Rio Grande do Sul (95,17% dos municípios). A situação por estado está descrita no gráfico 13.

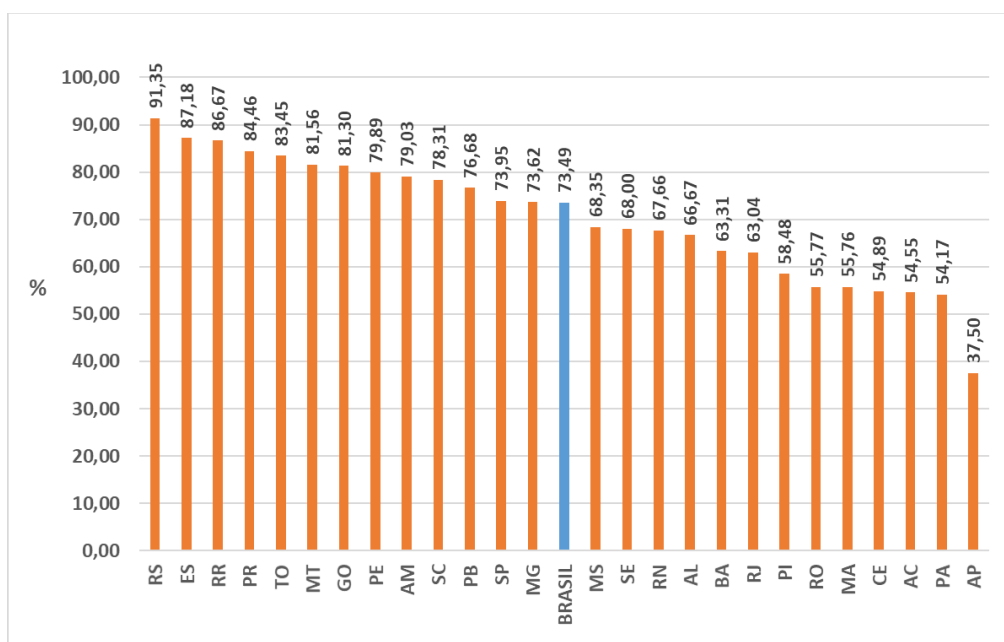
Gráfico 13 – Proporção de municípios com a PAS 2020 aprovada, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/12/2022

No referente à PAS 2021, a maior proporção de municípios com esse instrumento aprovado foi verificada no estado do Rio Grande do Sul (91,35%). A proporção para todo o país foi de 73,49%. A situação de todos os estados é apresentada no gráfico 14.

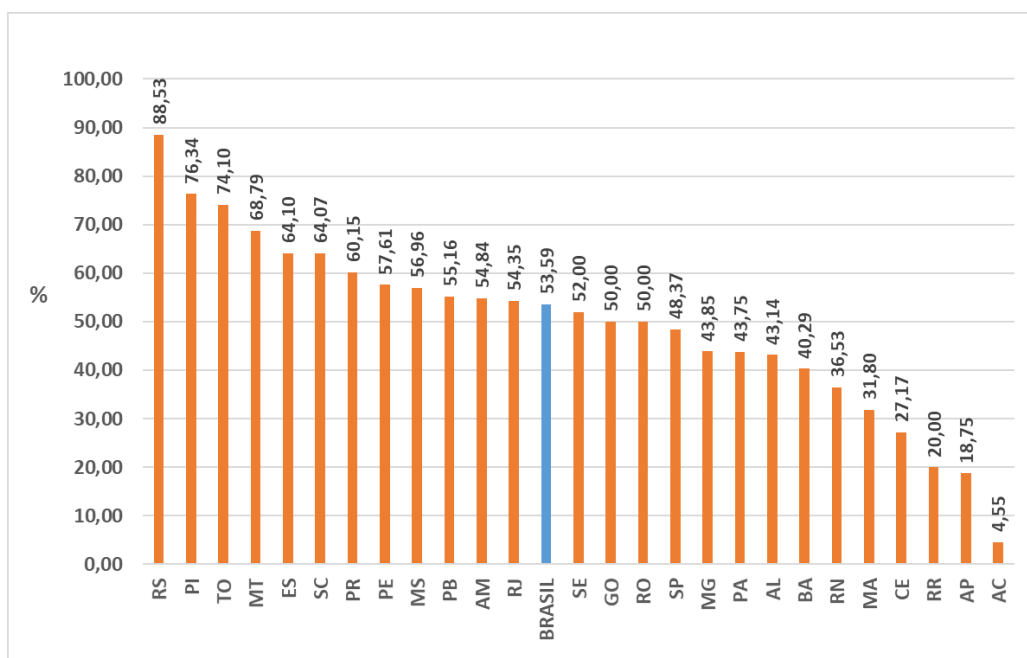
Gráfico 14 – Proporção de municípios com a PAS 2021 aprovada no DGMP, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/12/2022

Para a PAS 2022, metade dos municípios brasileiros estão com esse instrumento aprovado. No estado do Rio Grande do Sul a proporção de municípios com a PAS aprovada foi de 88,53% (gráfico 15).

Gráfico 15 – Proporção de municípios com a PAS 2022 aprovada no DGMP, segundo estado

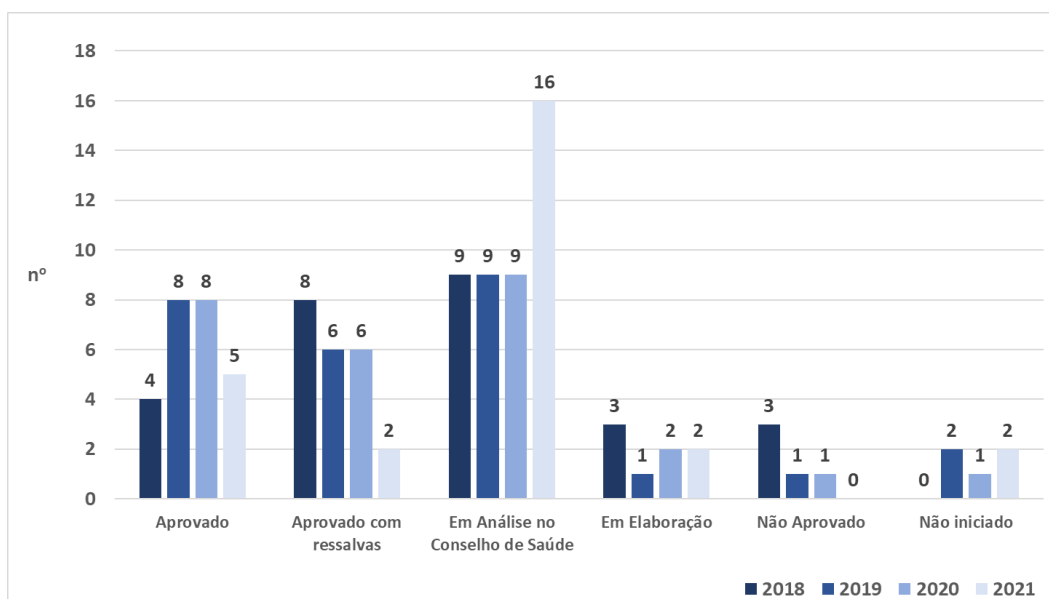


Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/12/2022

Resultados relativos ao Relatório Anual de Gestão (RAG)

A maior parte das unidades federativas encaminharam pelo DGMP os RAG de 2018 (24), 2019 (24) e 2020 (24) para apreciação do CS (Aprovado + Aprovado com ressalva + Não aprovado + Em análise no CS). Para 2021, observou-se que 23 unidades federativas haviam realizado o encaminhamento, conforme gráfico 16.

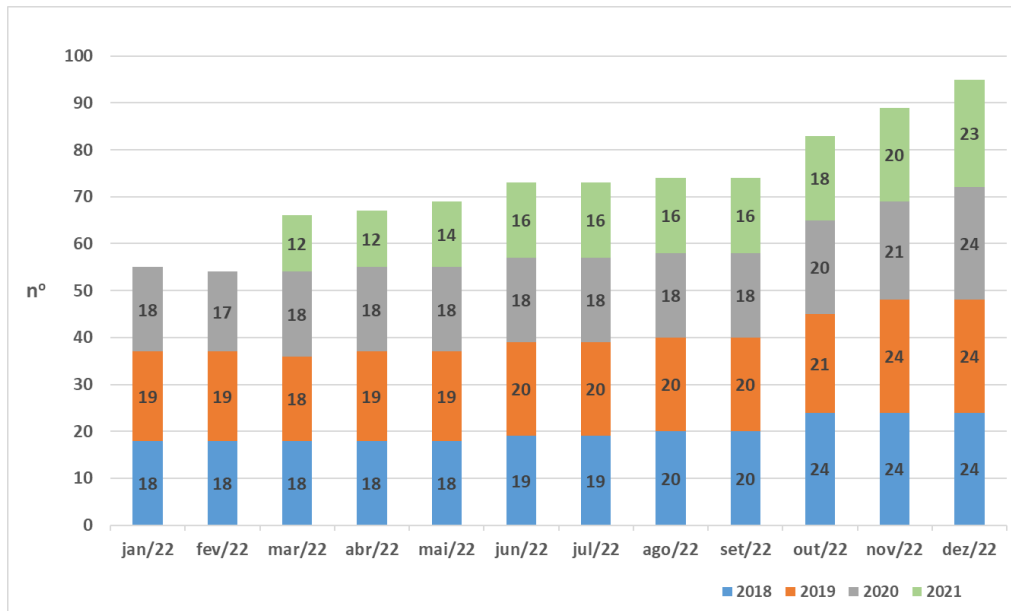
Gráfico 16 – Situação do relatório de gestão das unidades federativas, segundo status (2018 a 2021)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/12/2022

A apuração realizada mensalmente, de janeiro a dezembro de 2022 (gráfico 17), demonstra a evolução número de unidades federativas que encaminharam o RAG para análise no conselho de saúde. Observa-se que esse número praticamente não variou para todos os anos até o mês de setembro. A partir de outubro, esse número apresenta um gradativo incremento devido a ações conjuntas realizadas entre Ministério da Saúde e Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS).

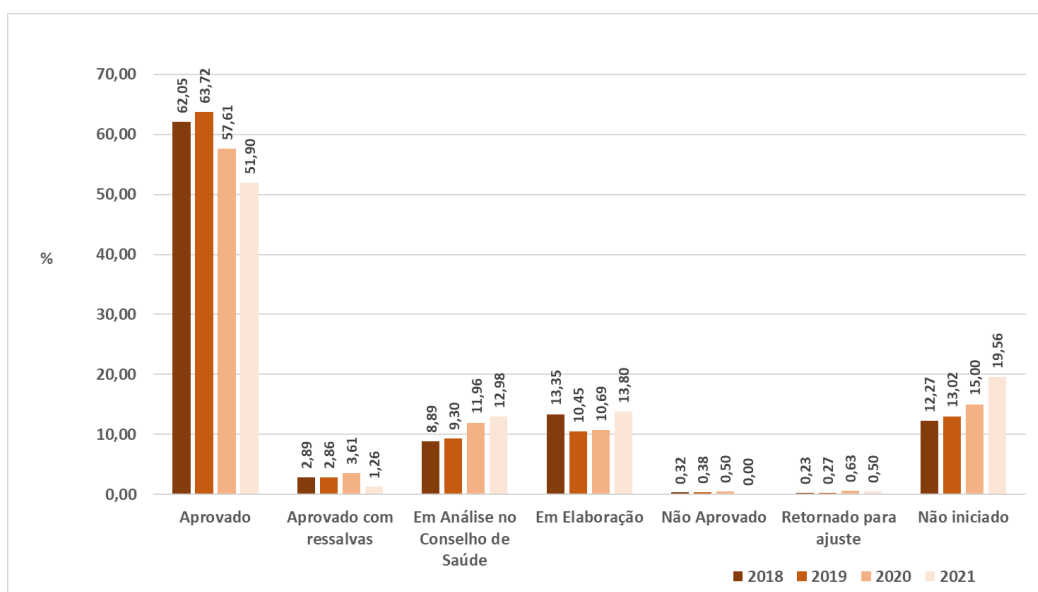
Gráfico 17 – Número de unidades federativas que encaminharam o RAG para análise no conselho de saúde, segundo ano janeiro a dezembro de 2022



Fonte: DGMP. Dados coletados no último dia de cada mês

Quanto aos municípios, mais de 70% deles encaminharam para apreciação no CS (Aprovado + Aprovado com ressalva + Não aprovado + Em análise no CS) o RAG 2018 (74,15%), RAG 2019 (76,26%) e o RAG 2020 (73,68%). Para o ano de 2021, a proporção observada foi de 66,14%, conforme gráfico 18.

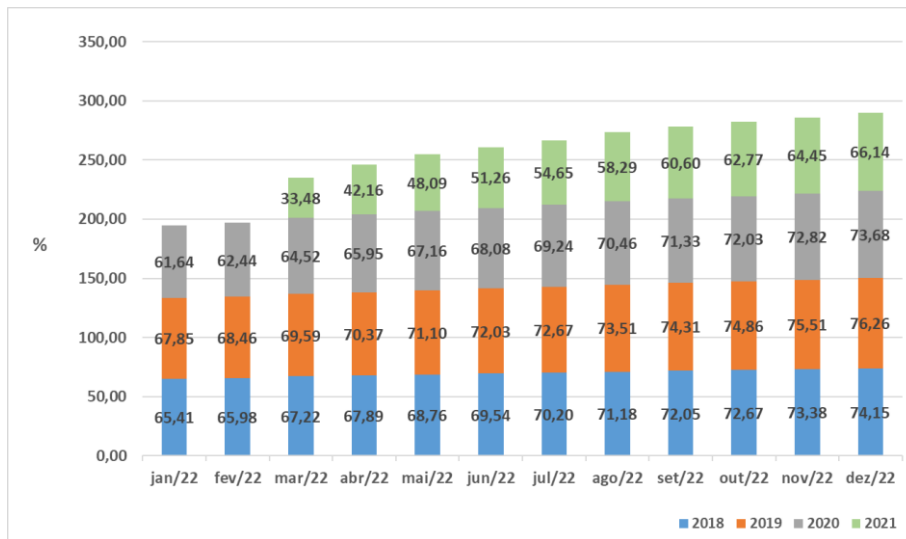
Gráfico 18 – Proporção de municípios brasileiros, segundo situação do RAG (2018 a 2021)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/12/2022

A apuração realizada ao longo do ano de 2022, demonstra a evolução do percentual de municípios que encaminharam o RAG para análise no conselho de saúde (gráfico 19). Esse percentual não apresentou grande variação entre janeiro e dezembro para os anos de 2018 (variação de 8,74 pontos percentuais); 2019 (variação de 8,41 pontos percentuais) e 2020 (variação de 12,04 pontos percentuais). Para o RAG de 2021, a variação entre março e dezembro de 2022 apresentou melhor desempenho (32,66 pontos percentuais). Quanto ao ano de 2021, ressalta-se que em 31 de dezembro de 2022, isto é, nove meses após prazo limite para entrega do RAG, cerca de 34% dos municípios estavam inadimplentes.

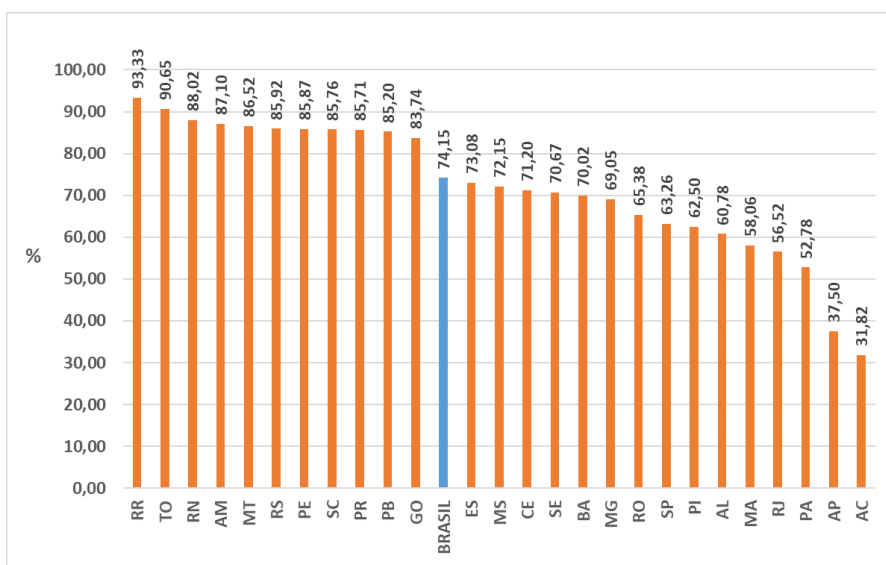
Gráfico 19 – percentual de municípios que encaminharam o RAG para análise no conselho de saúde, segundo ano janeiro a dezembro de 2022



Fonte: DGMP. Dados coletados no último dia de cada mês

Na análise por cada estado, em relação aos municípios que encaminharam o RAG 2018 (gráfico 20) para apreciação no CS no DGMP (Aprovado + Aprovado com ressalva + Não aprovado + Em análise no CS), observa-se a maior proporção no estado de Roraima (93,33% dos municípios). Considerando-se todos os municípios do país, a proporção é de 74,15%.

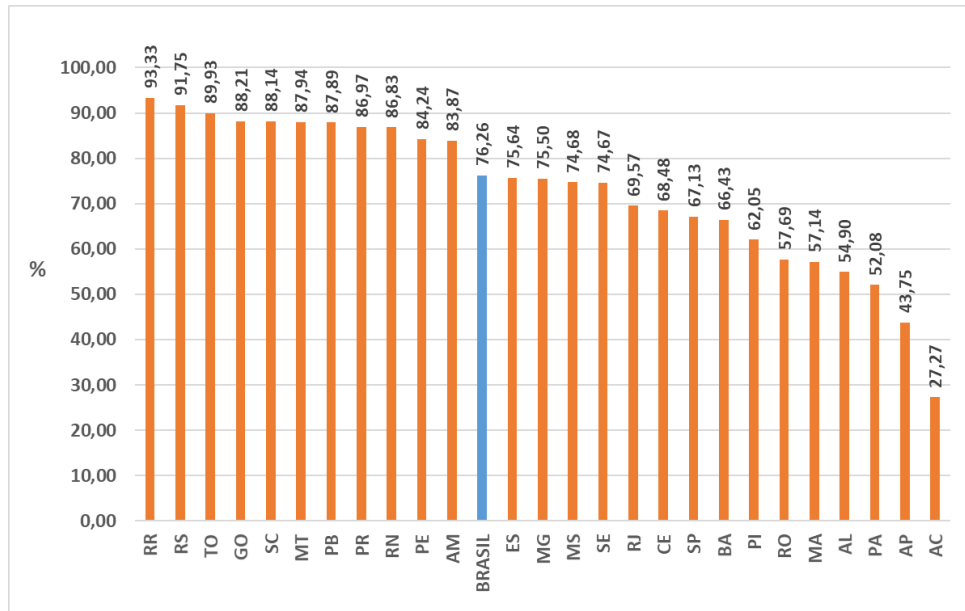
Gráfico 20 – Proporção de municípios que encaminharam o RAG 2018 para análise no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/12/2022

Para o ano 2019, a proporção de municípios brasileiros que elaboraram e encaminharam o RAG no DGMP (Aprovado + Aprovado com ressalva + Não aprovado + Em análise no CS) apresentou um pequeno incremento em relação ao ano anterior: 74,15% (2018) e 76,26% (2019). Destaque para o estado de Roraima (93,33% dos municípios). O detalhamento por estado é apresentado no gráfico 21.

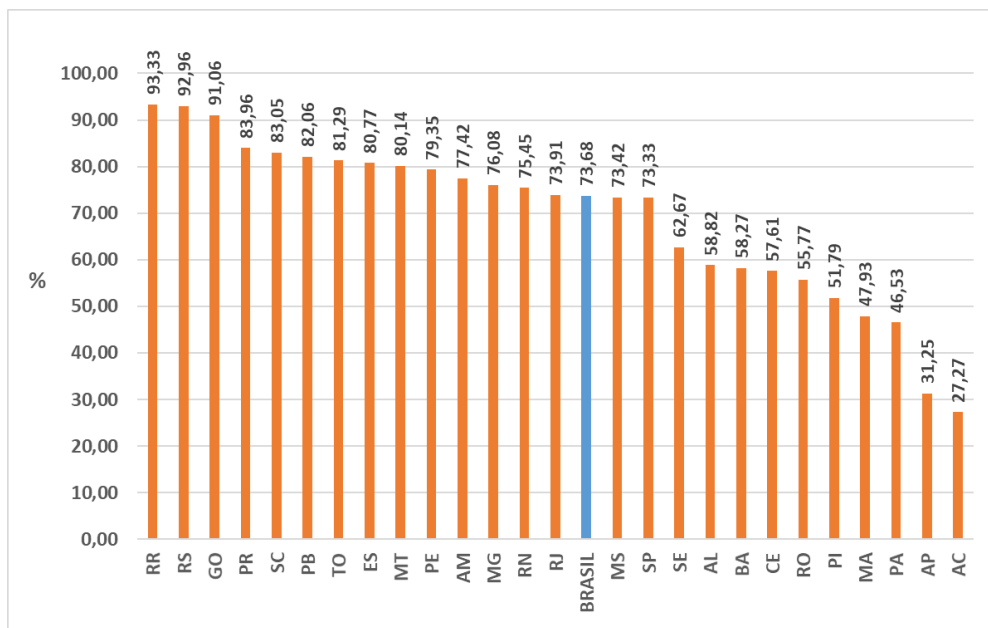
Gráfico 21 – Proporção de municípios que encaminharam o RAG 2019 para análise no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/12/2022

Em 2020, a proporção de municípios que elaborou e encaminhou o RAG para apreciação no CS no DGMP (Aprovado + Aprovado com ressalva + Não aprovado + Em análise no CS) foi de 73,68%, conforme gráfico 22. Roraima foi o estado que apresentou a maior proporção de municípios nessa condição (93,33%).

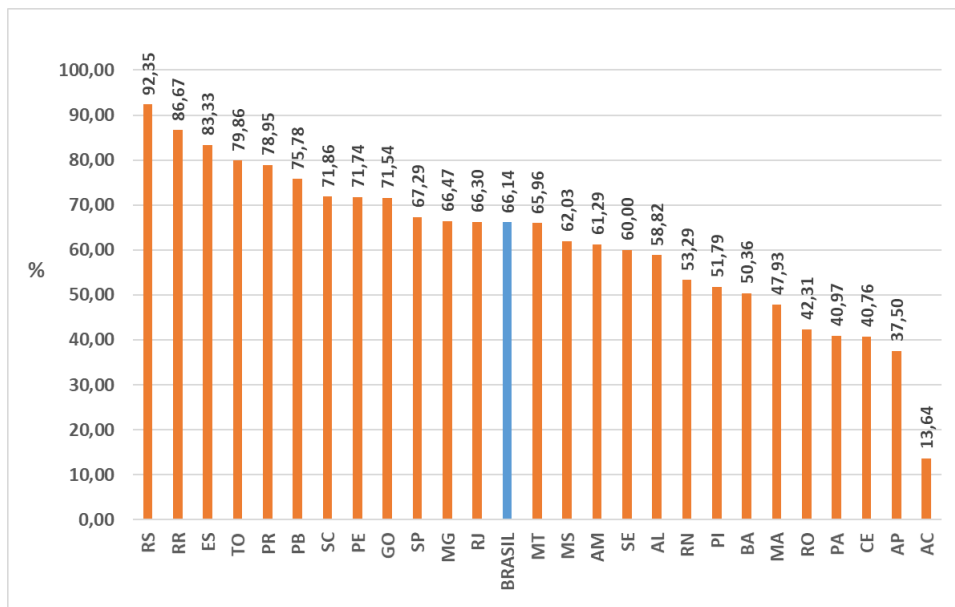
Gráfico 22 – Proporção de municípios que encaminharam o RAG 2020 para análise no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/12/2022

Em 2021, a proporção de municípios que elaborou e encaminhou o RAG para apreciação no CS no DGMP (Aprovado + Aprovado com ressalva + Não aprovado + Em análise no CS) foi de 66,14%. O Rio Grande do Sul foi o estado com a maior proporção de municípios nessa condição (92,35%). O detalhamento para todas as unidades federativas está no gráfico 23.

Gráfico 23 – Proporção de municípios que encaminharam o RAG 2021 para análise no conselho de saúde, segundo estado



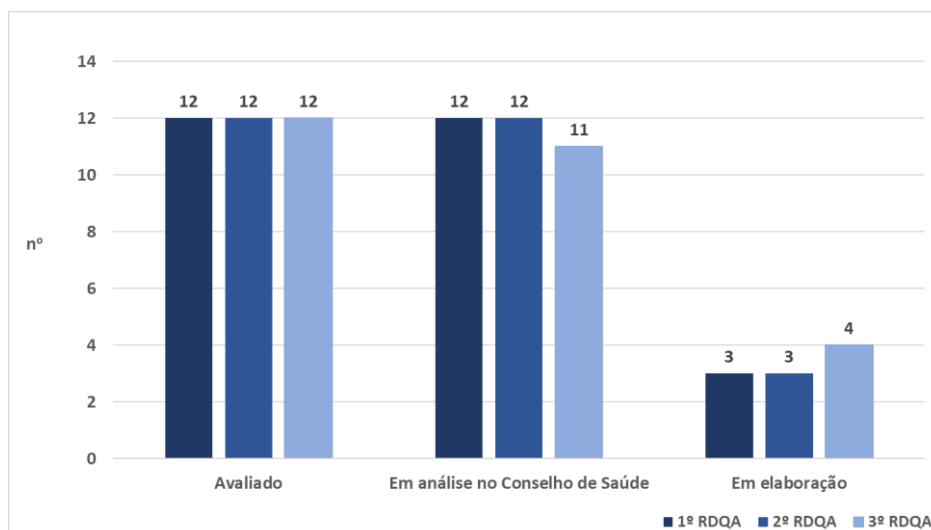
Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/12/2022

Resultados relativos ao Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA)

RDQA de 2018

Em relação às unidades federativas, a maior parte encaminhou o RDQA para avaliação no CS (Avaliado + Em análise no CS) nos três quadrimestres de 2018, conforme gráfico 24.

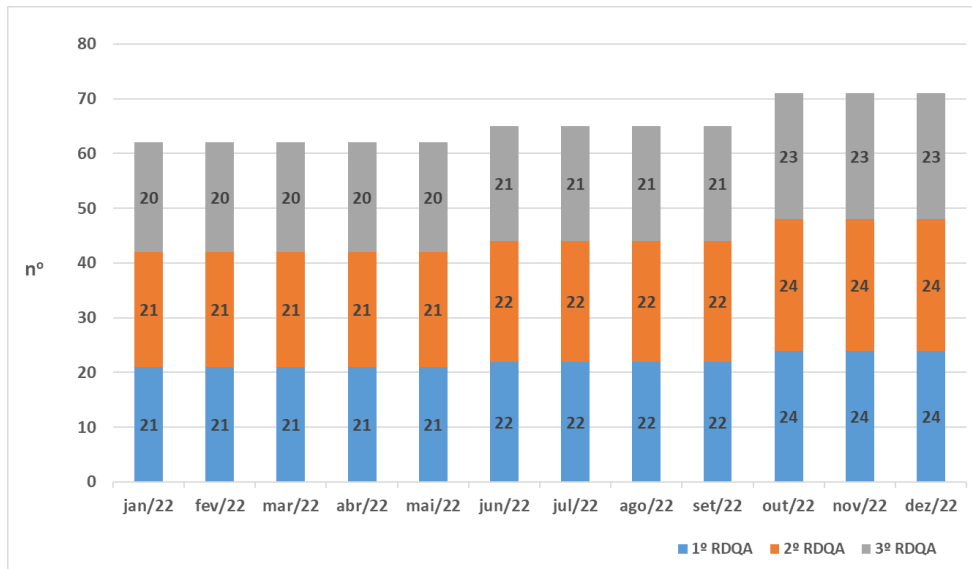
Gráfico 24 – Situação dos RDQA das unidades federativas, segundo status (2018)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/12/2022

A apuração ao longo do ano de 2022 demonstra a evolução no número de unidades federativas que encaminharam os RDQA de 2018 para avaliação no conselho de saúde (gráfico 25). Observa-se que esse número praticamente não variou até o mês de setembro. A partir de outubro, esse número apresenta um gradativo incremento devido a ações conjuntas realizadas entre Ministério da Saúde e Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS).

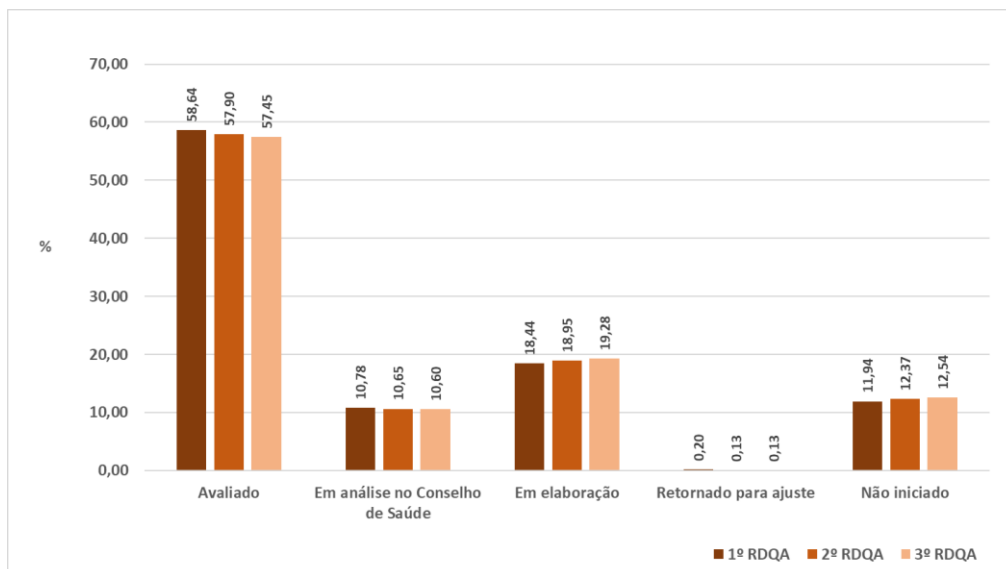
Gráfico 25 – Número de unidades federativas que encaminharam os RDQA de 2018 para avaliação no conselho de saúde, segundo quadrimestre - janeiro a dezembro de 2022



Fonte: DGMP. Dados coletados no último dia de cada mês

Semelhante análise para os municípios demonstra que, na média dos três RDQA de 2018; 68,67% dos municípios encaminharam os relatórios para avaliação no CS (Avaliado + Em análise no CS). O gráfico 26 apresenta os percentuais em cada quadrimestre.

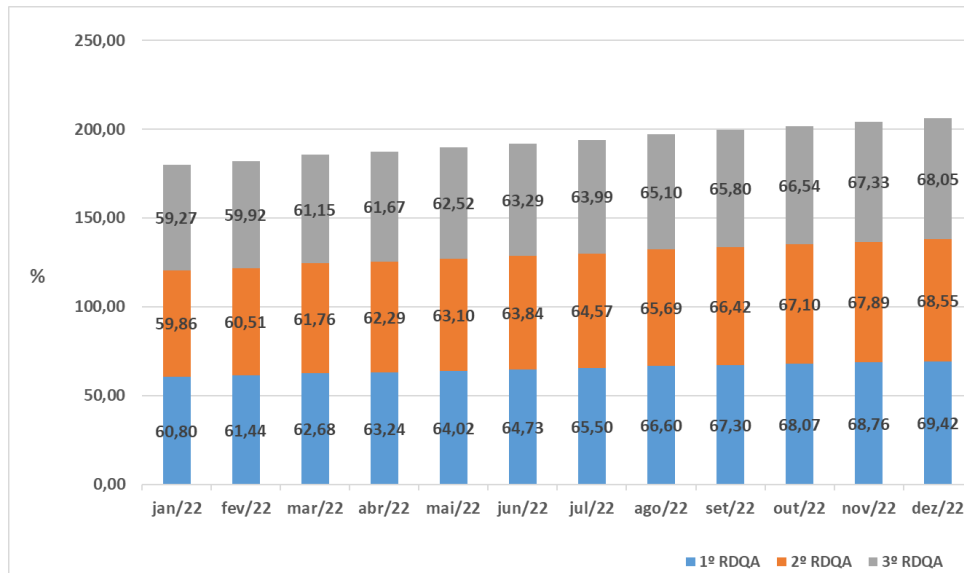
Gráfico 26 – Proporção de municípios brasileiros, segundo situação do RDQA (2018)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/12/2022

A apuração realizada ao longo de 2022, demonstra a evolução do percentual de municípios que encaminharam os RDQA de 2018 para avaliação no conselho de saúde (gráfico 27). Esse percentual não apresentou grande variação entre janeiro e junho: 1º RDQA (variação de 8,62 pontos percentuais); 2º RDQA (variação de 8,69 pontos percentuais) e 3º RDQA (variação de 8,78 pontos percentuais).

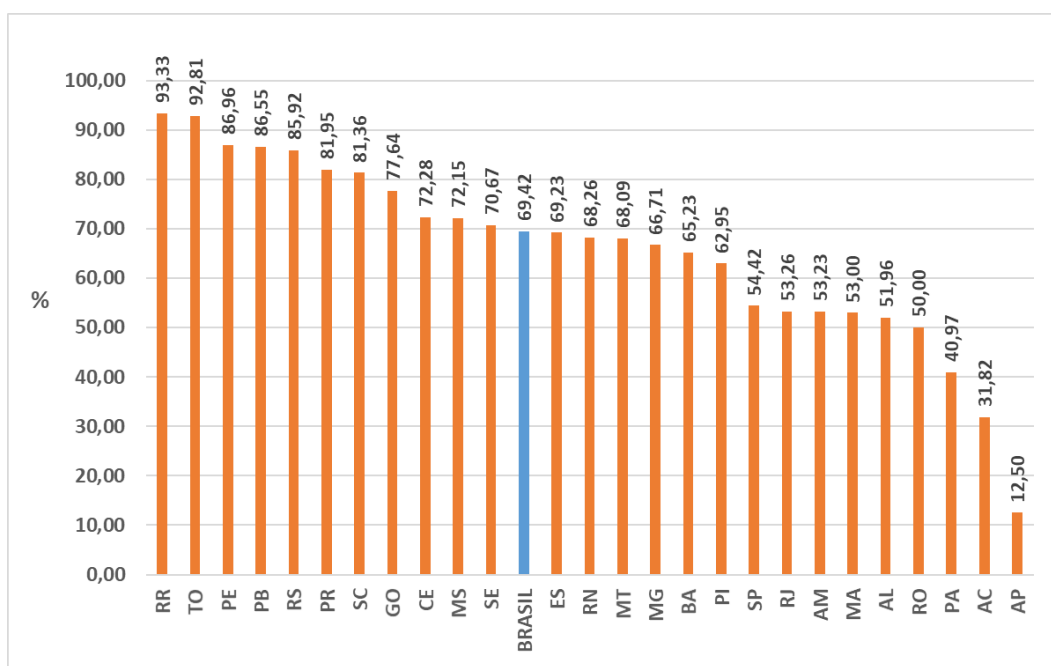
Gráfico 27 – Percentual de municípios que encaminharam os RDQA de 2018 para avaliação no conselho de saúde, segundo quadrimestre janeiro a dezembro de 2022



Fonte: DGMP. Dados coletados no último dia de cada mês

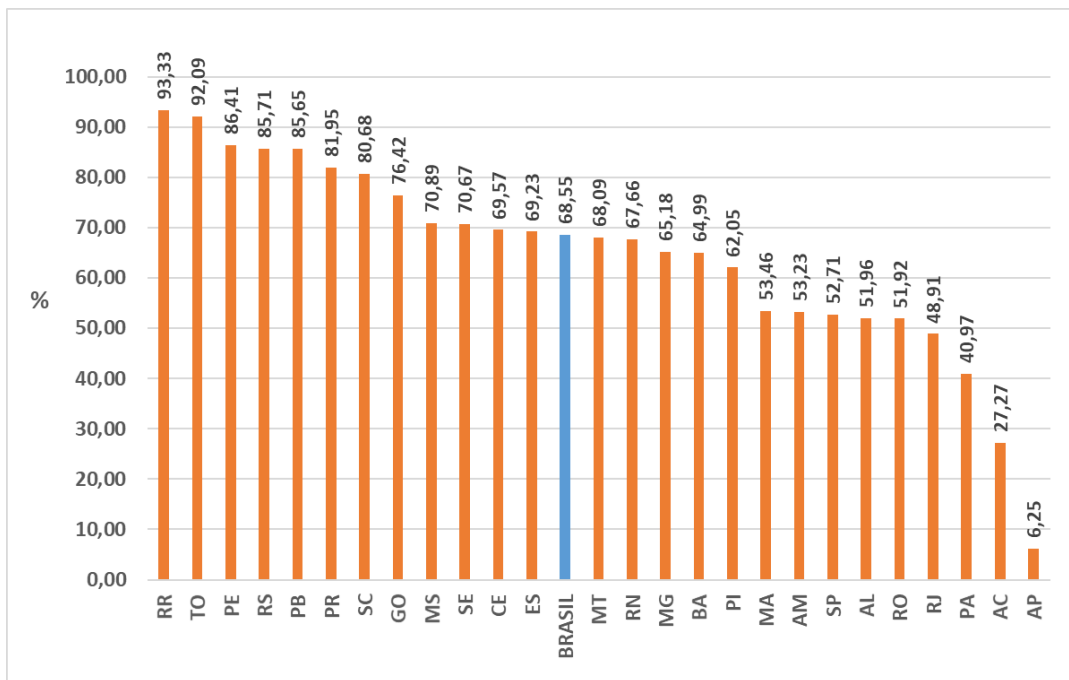
Na análise por estado, observa-se que Roraima apresentou a maior proporção de municípios que encaminharam os relatórios para avaliação no CS (Avaliado + Em análise no CS), nos três quadrimestres de 2018. Considerando esse percentual para todos os municípios brasileiros, as proporções apresentam semelhanças nos três quadrimestres: 1º RDQA (69,42%), 2º RDQA (68,55%) e 3º RDQA (68,05%). Os dados são apresentados nos gráficos 28, 29 e 30.

Gráfico 28 – Proporção de municípios que encaminharam o 1º RDQA de 2018 para análise no conselho de saúde, segundo estado



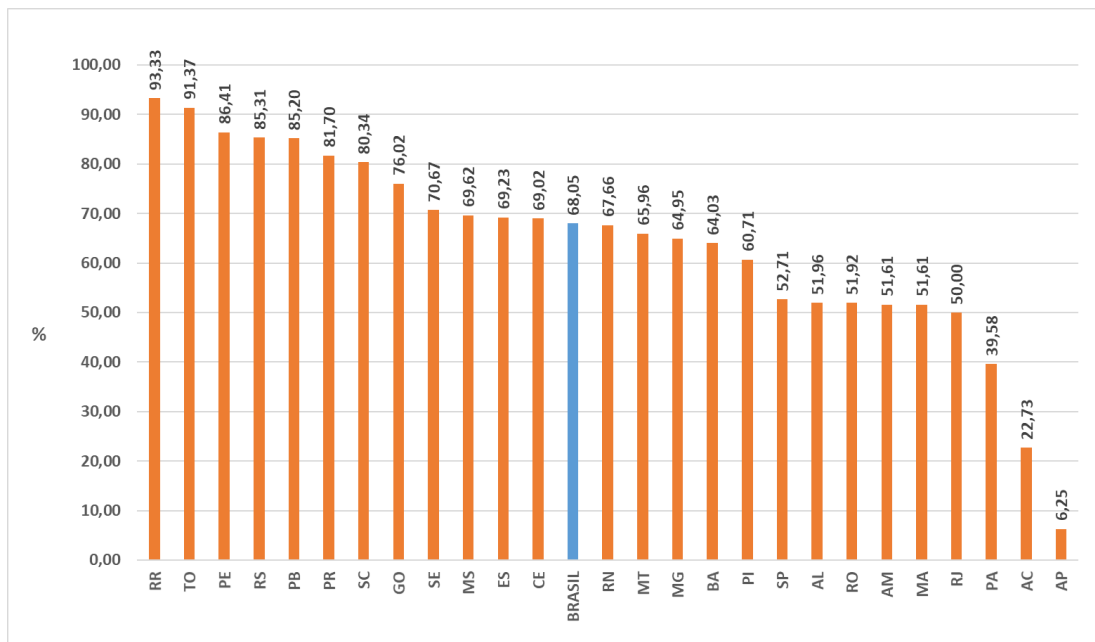
Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/12/2022

Gráfico 29 – Proporção de municípios que encaminharam o 2º RDQA de 2018 para análise no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/12/2022

Gráfico 30 – Proporção de municípios que encaminharam o 3º RDQA de 2018 para análise no conselho de saúde, segundo estado

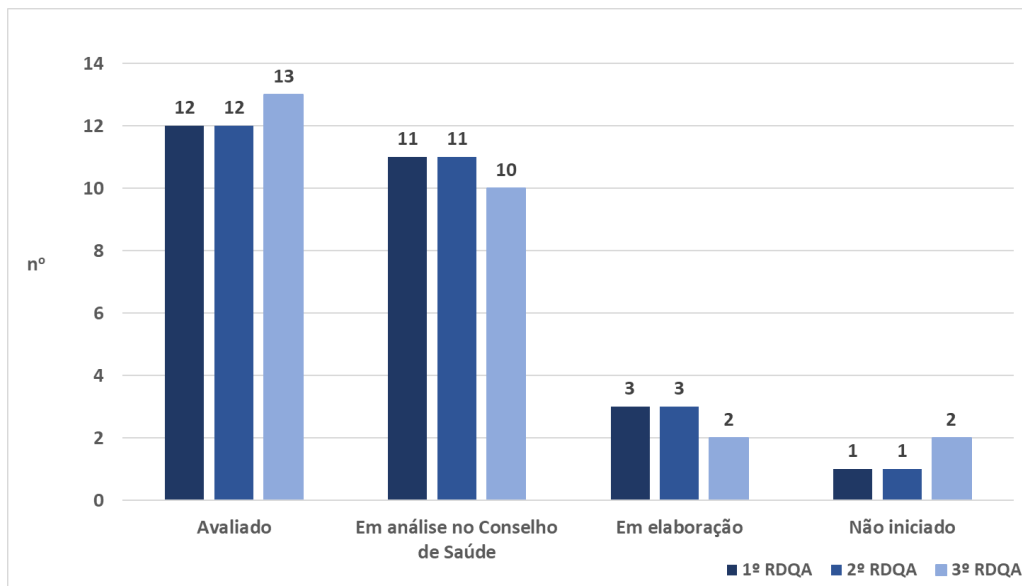


Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/12/2022

RDQA de 2019

Quatro unidades federativas ainda não encaminharam os três RDQA de 2019 para avaliação no CS. O detalhamento por cada *status* e quadrimestre está no gráfico 31.

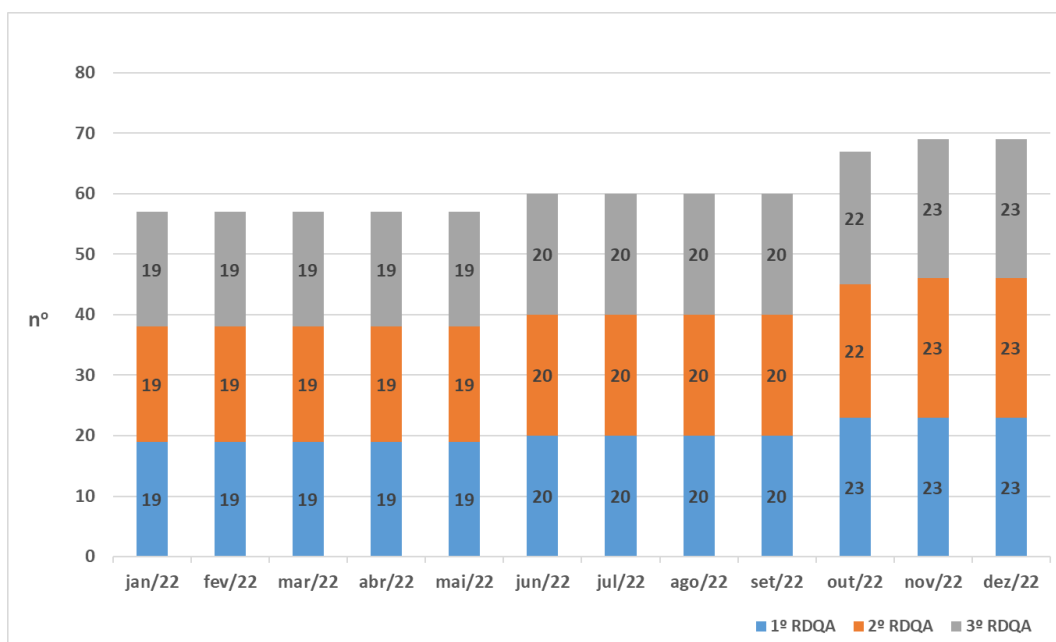
Gráfico 31 – Situação dos RDQA das unidades federativas, segundo status (2019)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/12/2022

A apuração ao longo do ano de 2022 demonstra a evolução número de unidades federativas que encaminharam os RDQA de 2019 para avaliação no conselho de saúde (gráfico 32).

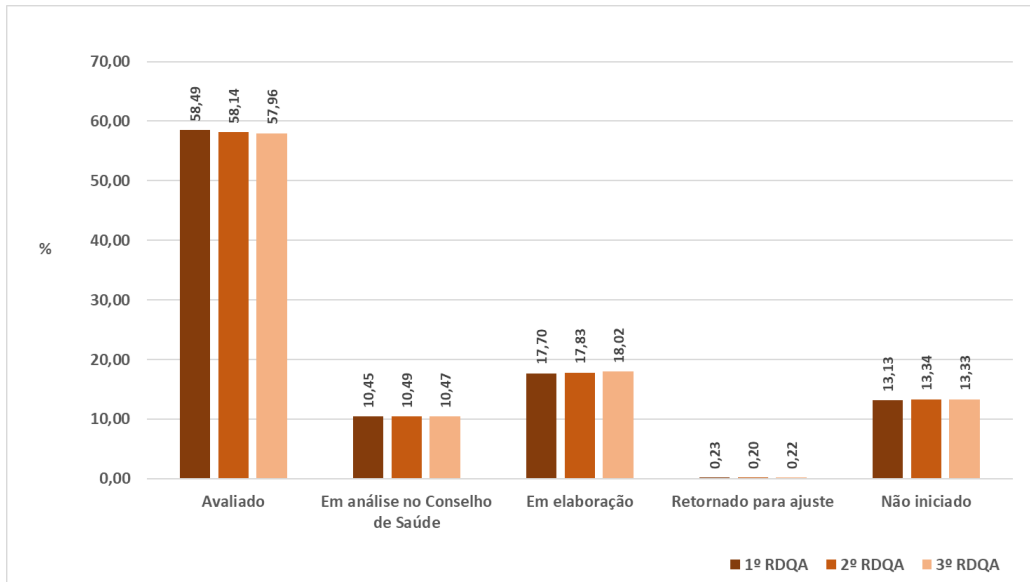
Gráfico 32 – Número de unidades federativas que encaminharam os RDQA de 2019 para avaliação no conselho de saúde, segundo quadrimestre - janeiro a dezembro de 2022



Fonte: DGMP. Dados coletados no último dia de cada mês

A mesma análise realizada para os municípios aponta que a proporção dos que encaminharam os RDQA de 2019 (Avaliado + Em análise no CS) possui média idêntica à observada em 2018: 68,67%. O gráfico 33 apresenta as proporções em cada quadrimestre.

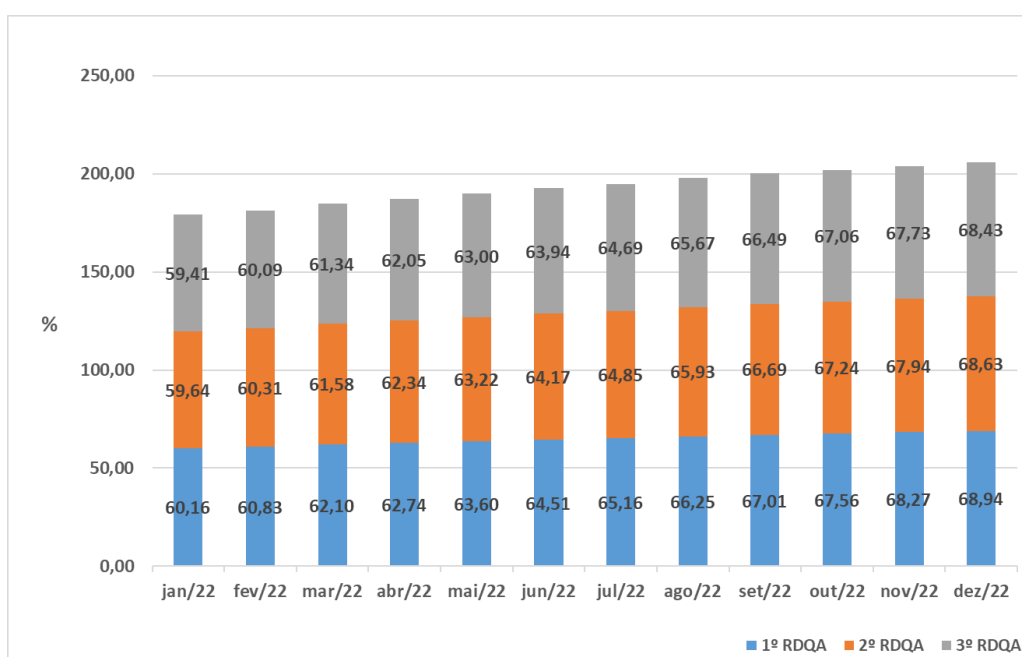
Gráfico 33 – Proporção de municípios brasileiros, segundo situação do RDQA (2019)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/12/2022

A apuração realizada ao longo de 2022, demonstra a evolução do percentual de municípios que encaminharam os RDQA de 2019 para avaliação no conselho de saúde (gráfico 34). Esse percentual apresentou variação semelhante entre janeiro e dezembro: 1º RDQA (variação de 8,78 pontos percentuais); 2º RDQA (variação de 8,99 pontos percentuais) e 3º RDQA (variação de 9,02 pontos percentuais).

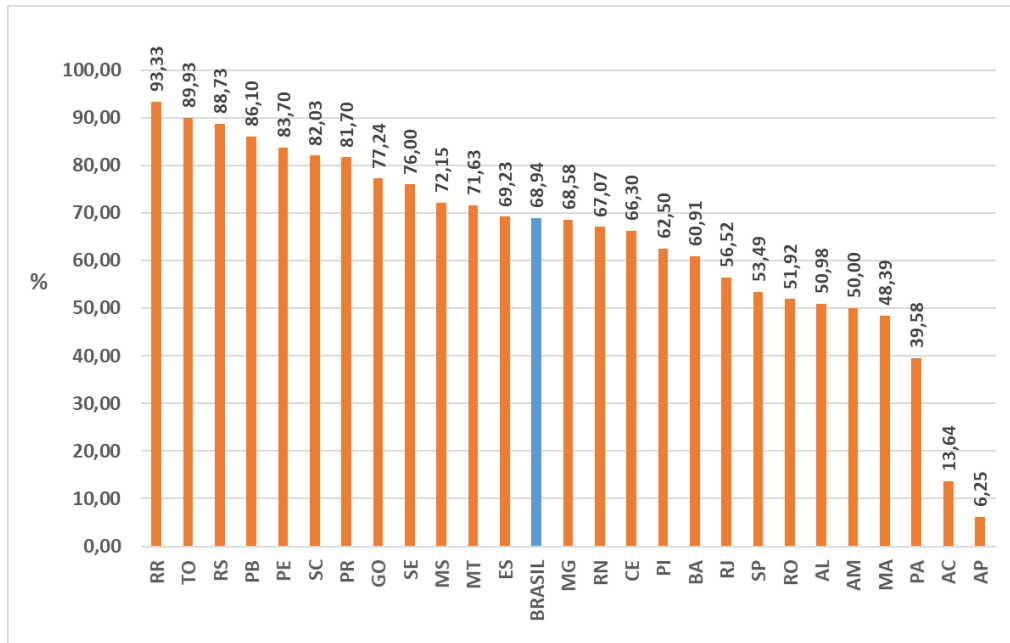
Gráfico 34 – Percentual de municípios que encaminharam os RDQA de 2019 para avaliação no conselho de saúde, segundo quadrimestre janeiro a dezembro de 2022



Fonte: DGMP. Dados coletados no último dia de cada mês

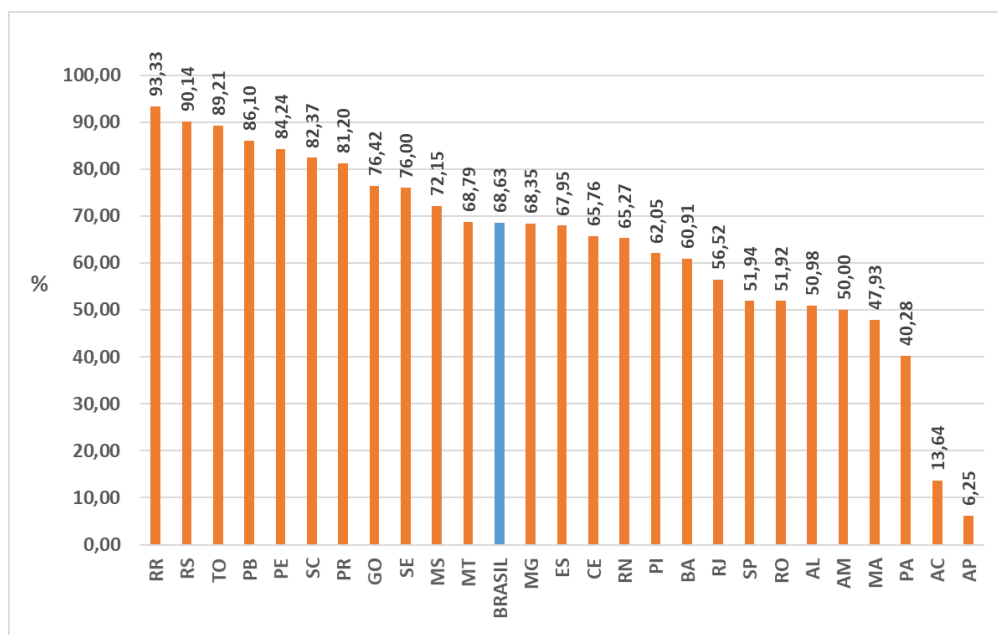
Detalhando-se as análises por cada estado, o estado de Roraima apresentou a maior proporção de municípios que encaminharam os relatórios para avaliação no CS (Avaliado + Em análise no CS) nos três quadrimestres de 2019. Considerando esse percentual para todos os municípios brasileiros, as proporções apresentam semelhanças nos três quadrimestres: 1º RDQA (68,94%), 2º RDQA (68,63%) e 3º RDQA (68,43%). Os dados são apresentados no gráficos 35, 36, e 37

Gráfico 35 – Proporção de municípios que encaminharam o 1º RDQA de 2019 para análise no conselho de saúde, segundo estado



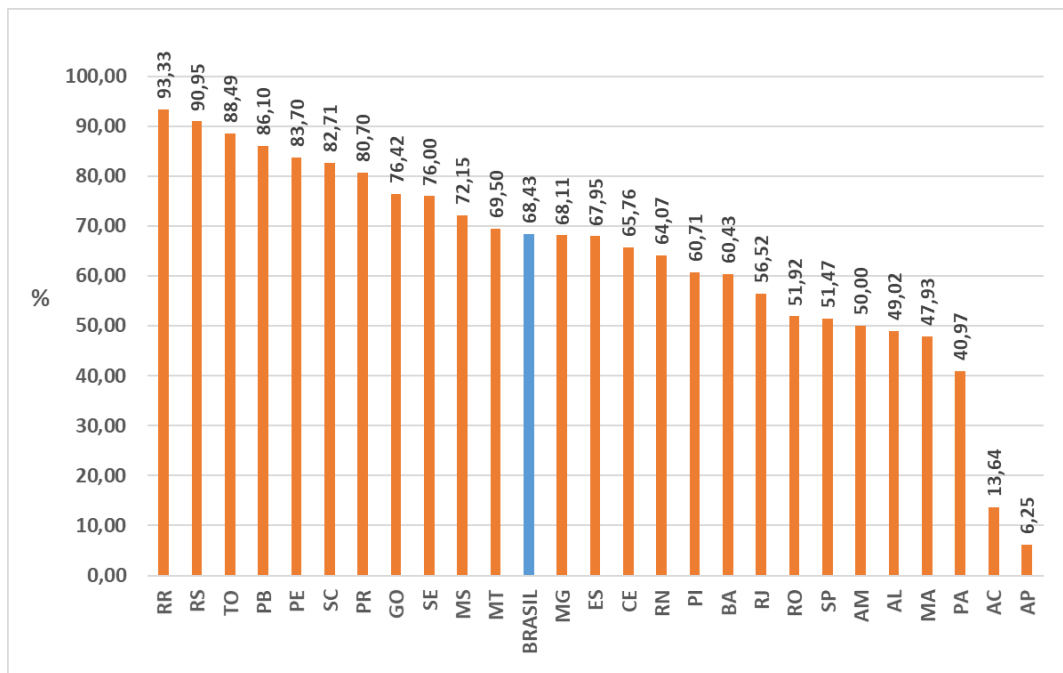
Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/12/2022

Gráfico 36 – Proporção de municípios que encaminharam o 2º RDQA de 2019 para análise no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/12/2022

Gráfico 37 – Proporção de municípios que encaminharam o 3º RDQA de 2019 para análise no conselho de saúde, segundo estado

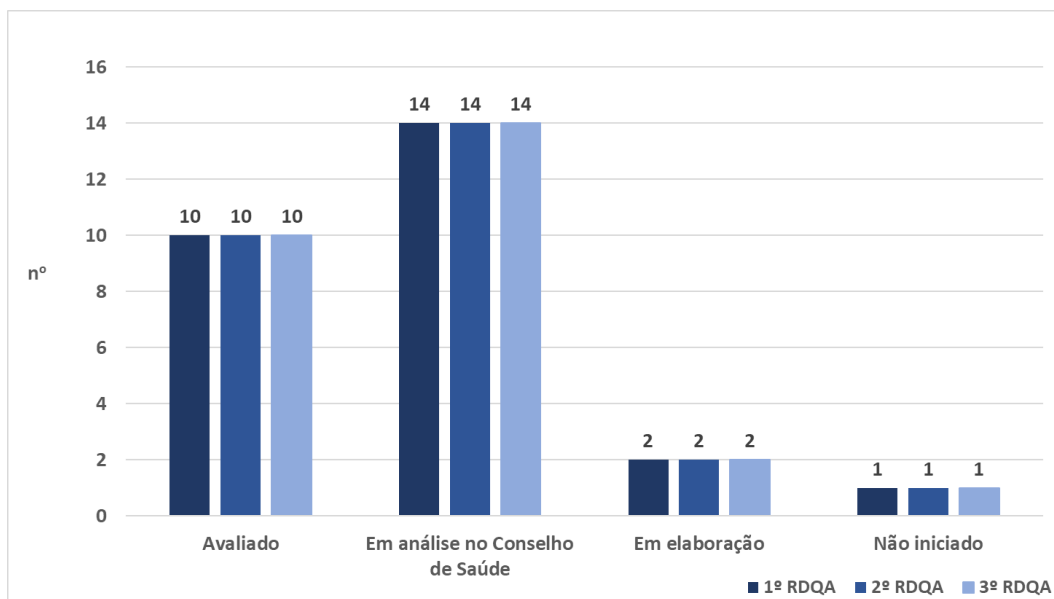


Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/12/2022

RDQA de 2020

Conforme o gráfico 38, o quantitativo de unidades federativas que encaminharam os RDQAs de 2020 para avaliação no conselho de saúde é semelhante nos três quadrimestres. Três unidades federativas ainda não encaminharam os três RDQA de 2020 para avaliação no CS.

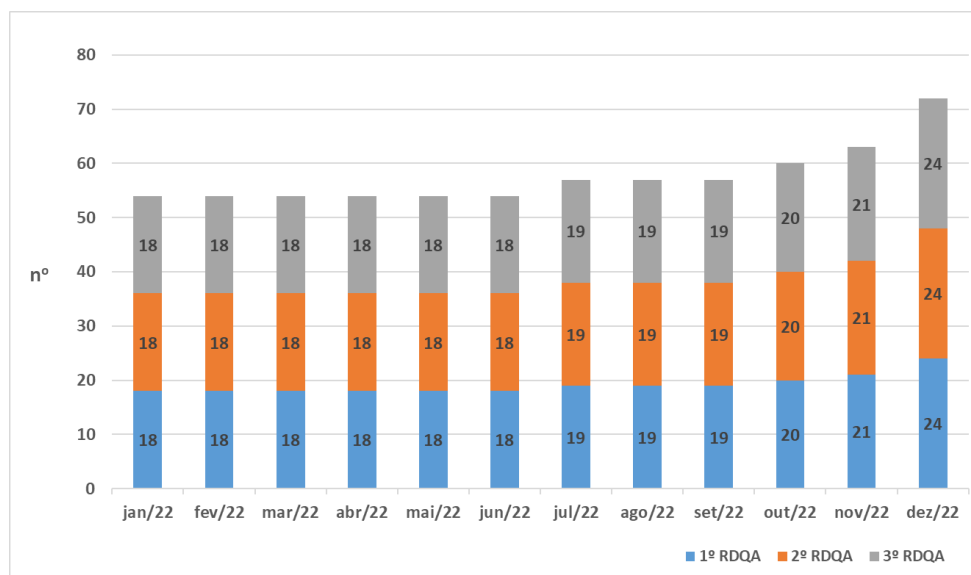
Gráfico 38 – Situação dos RDQA das unidades federativas, segundo status (2020)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/12/2022

A apuração ao longo do primeiro semestre de 2022 demonstra a evolução número de unidades federativas que encaminharam os RDQA de 2020 para avaliação no conselho de saúde (gráfico 39).

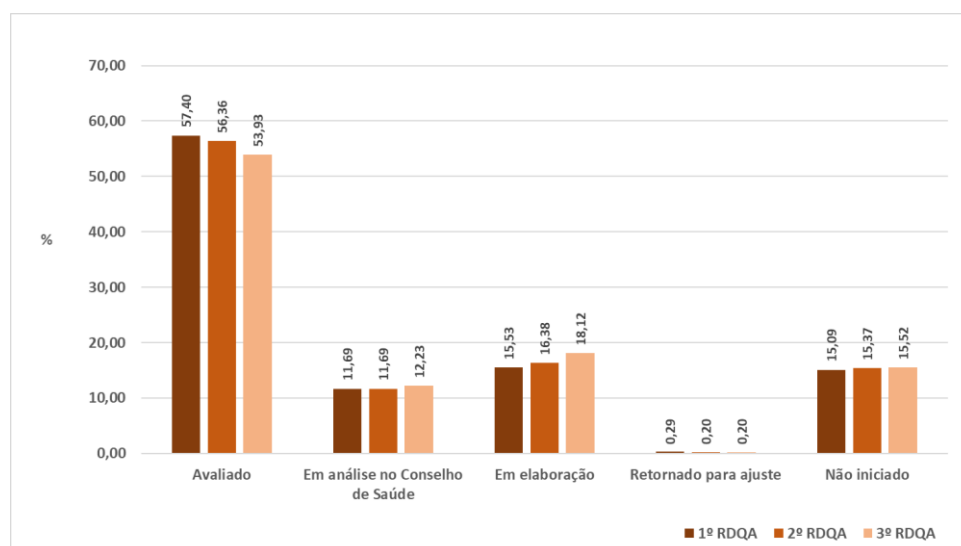
Gráfico 39 – Número de unidades federativas que encaminharam os RDQA de 2020 para avaliação no conselho de saúde, segundo quadrimestre - janeiro a dezembro de 2022



Fonte: DGMP. Dados coletados no último dia de cada mês

Em relação aos municípios, verifica-se que 69,09% encaminharam o 1º RDQA de 2020 para avaliação no CS. Esse percentual cai para 68,05% e 66,16% no 2º RDQA e 3º RDQA, respectivamente (gráfico 40).

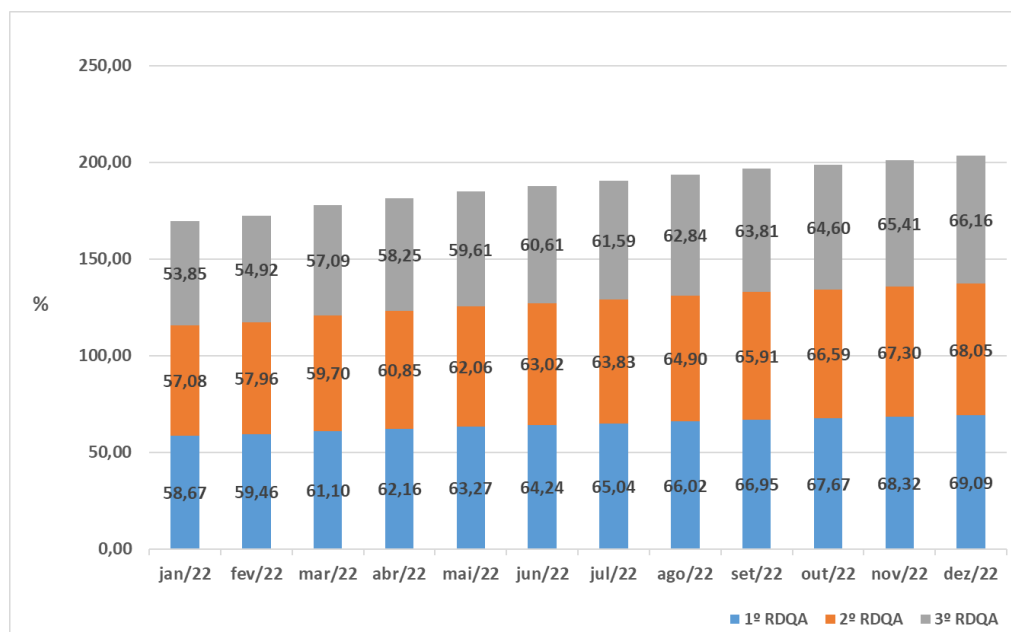
Gráfico 40 – Proporção de municípios brasileiros, segundo situação do RDQA (2020)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/12/2022

A apuração realizada ao longo de 2022, demonstra a evolução do percentual de municípios que encaminharam os RDQA de 2020 para avaliação no conselho de saúde (gráfico 41). Esse percentual apresentou variação semelhante entre janeiro e dezembro: 1º RDQA (variação de 10,42 pontos percentuais); 2º RDQA (variação de 10,97 pontos percentuais) e 3º RDQA (variação de 12,31 pontos percentuais).

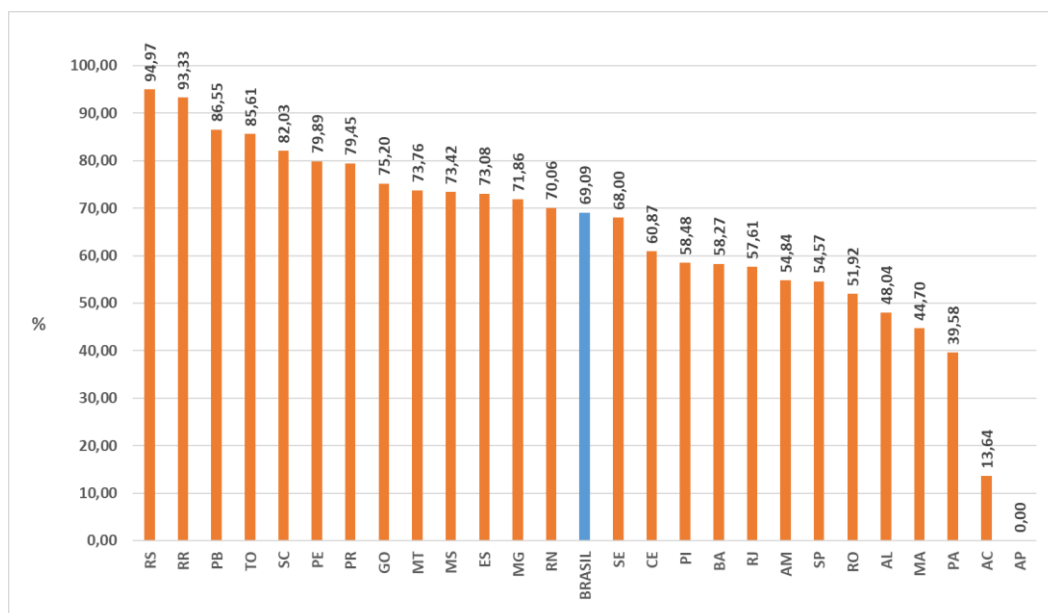
Gráfico 41 – Percentual de municípios que encaminharam os RDQA de 2020 para avaliação no conselho de saúde, segundo quadrimestre janeiro a dezembro de 2022



Fonte: DGMP. Dados coletados no último dia de cada mês

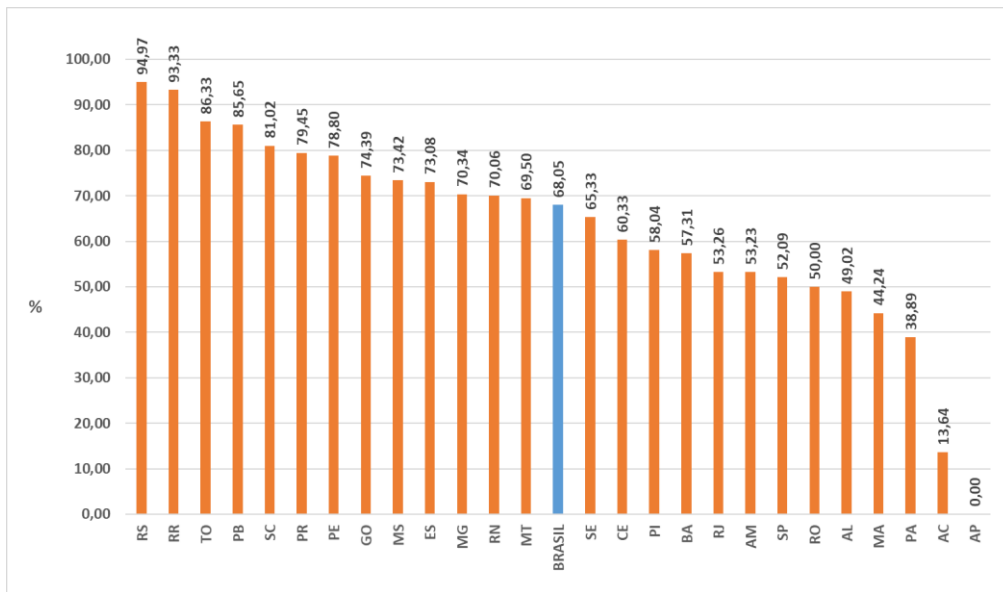
Rio Grande do Sul apresentou a maior proporção de municípios que encaminharam os relatórios para avaliação no CS (Avaliado + Em análise no CS), no 1º e 2º RDQA 2020 e Roraima no 3º RDQA, no detalhamento de análise por estado. Os dados são apresentados no gráficos 42, 43 e 44

Gráfico 42 – Proporção de municípios que encaminharam o 1º RDQA de 2020 para análise no conselho de saúde, segundo estado



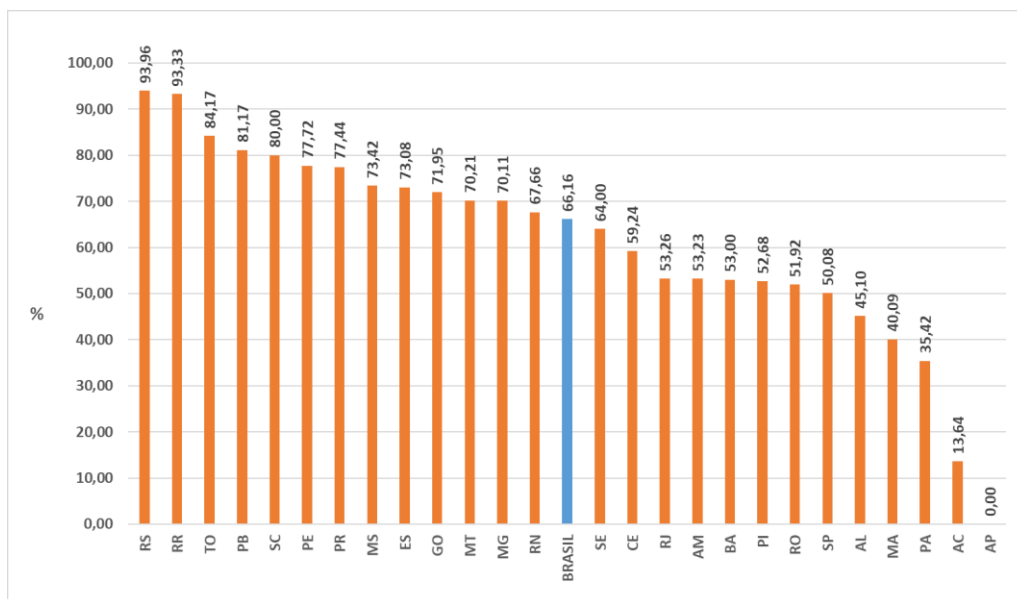
Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/12/2022

Gráfico 43 – Proporção de municípios que encaminharam o 2º RDQA de 2020 para análise no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/12/2022

Gráfico 44 – Proporção de municípios que encaminharam o 3º RDQA de 2020 para análise no conselho de saúde, segundo estado

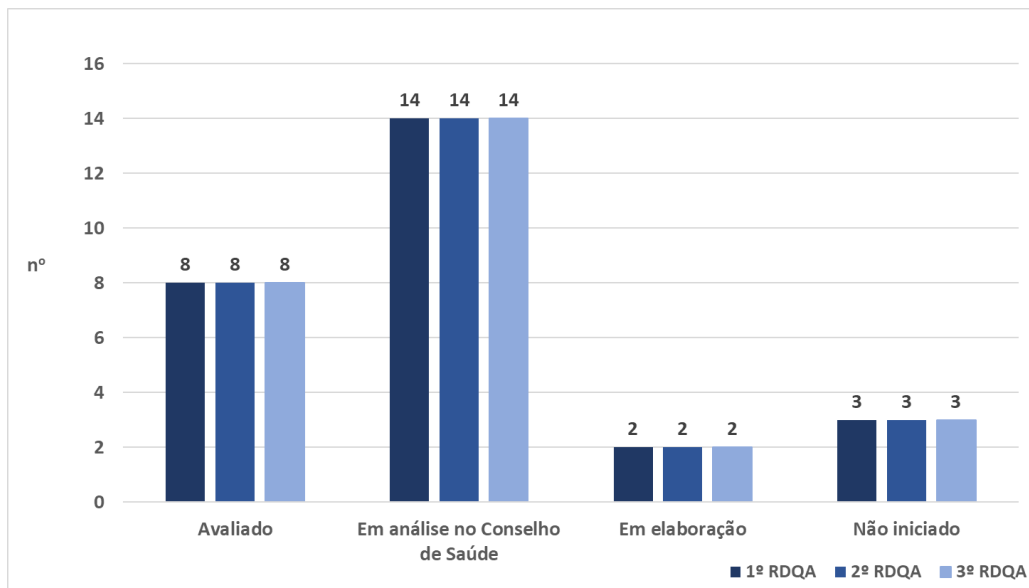


Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/12/2022

RDQA de 2021

Com relação aos três RDQA de 2021, cinco unidades federativas não haviam encaminhado os três RDQA de 2021 para avaliação no CS (gráfico 45).

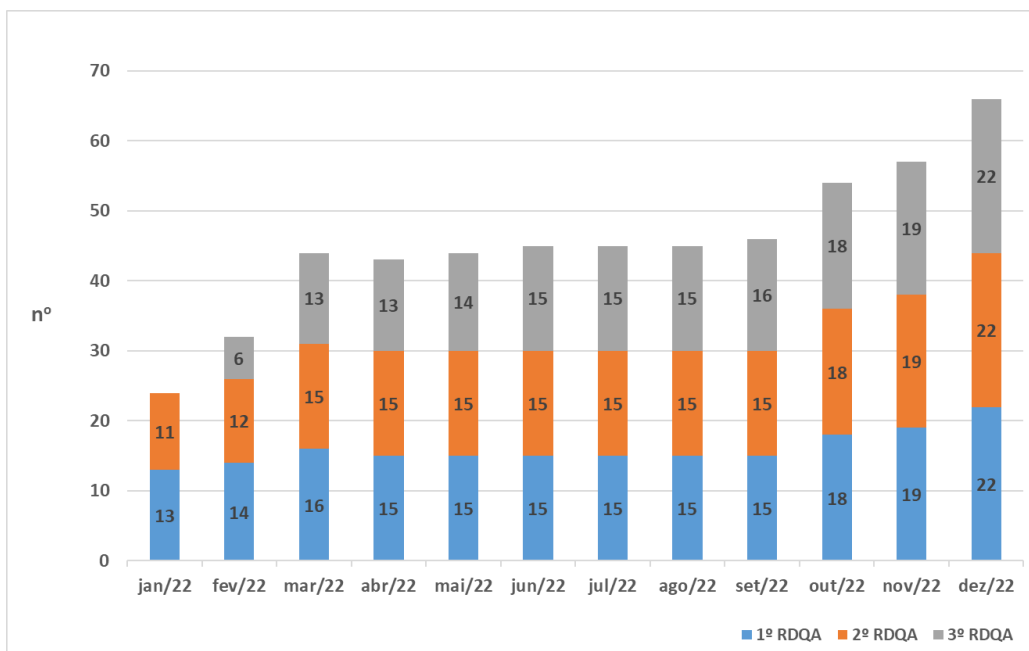
Gráfico 45 – Situação dos RDQA das unidades federativas, segundo status (2021)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/12/2022

A apuração ao longo de 2022 demonstra a evolução número de unidades federativas que encaminharam os RDQA de 2021 para avaliação no conselho de saúde (gráfico 46).

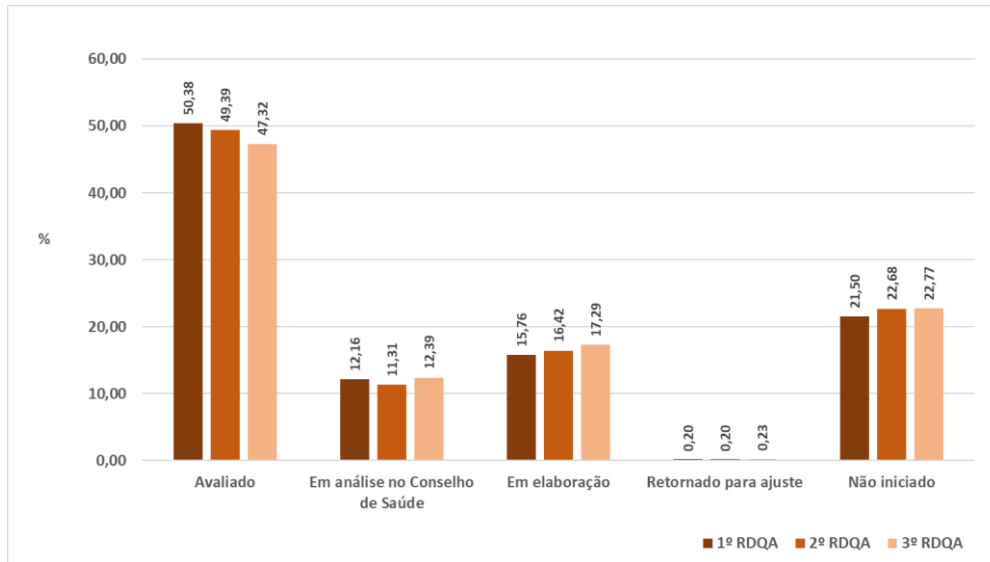
Gráfico 46 – Número de unidades federativas que encaminharam os RDQA de 2021 para avaliação no conselho de saúde, segundo quadrimestre - janeiro a dezembro de 2022



Fonte: DGMP. Dados coletados no último dia de cada mês

Para os municípios, observou-se que 62,54%; 60,70% e 59,71% encaminharam, respectivamente, o 1º RDQA, o 2º RDQA e o 3º RDQA de 2021 para avaliação no CS (Avaliado + Em análise no CS). Em média, cerca de 39,02% dos municípios não haviam finalizado o registro nos três quadrimestres (gráfico 47).

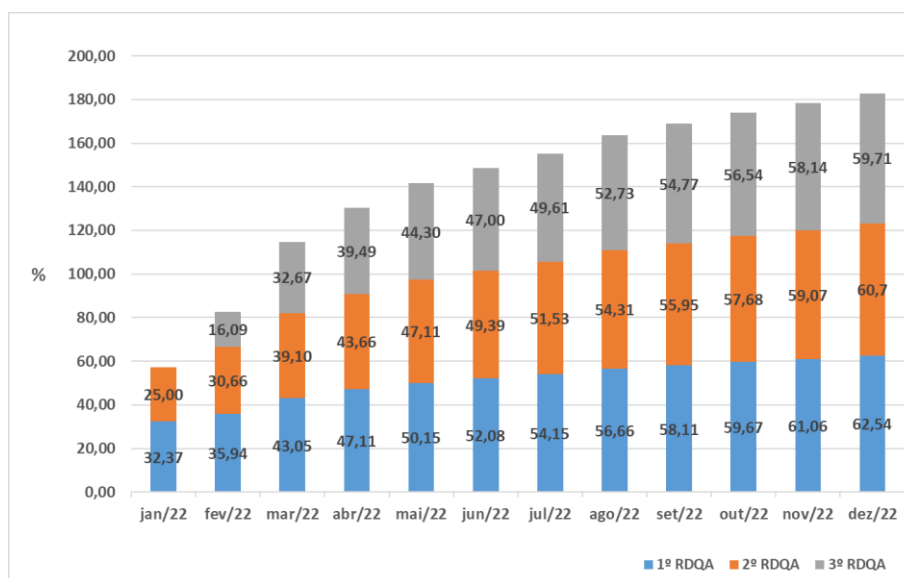
Gráfico 47 – Proporção de municípios brasileiros, segundo situação do RDQA (2021)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/12/2022

A apuração realizada ao longo de 2022, demonstra a evolução do percentual de municípios que encaminharam os RDQA de 2021 para avaliação no conselho de saúde (gráfico 48). Embora esse percentual tenha apresentado uma considerável variação ao longo do ano: 1º RDQA (variação de 30,17 pontos percentuais); 2º RDQA (variação de 35,70 pontos percentuais) e 3º RDQA (variação de 43,62 pontos percentuais), observa-se que no último mês da série, a média percentual de municípios que enviaram os três RDQA para avaliação no conselho de saúde foi de 60,98%.

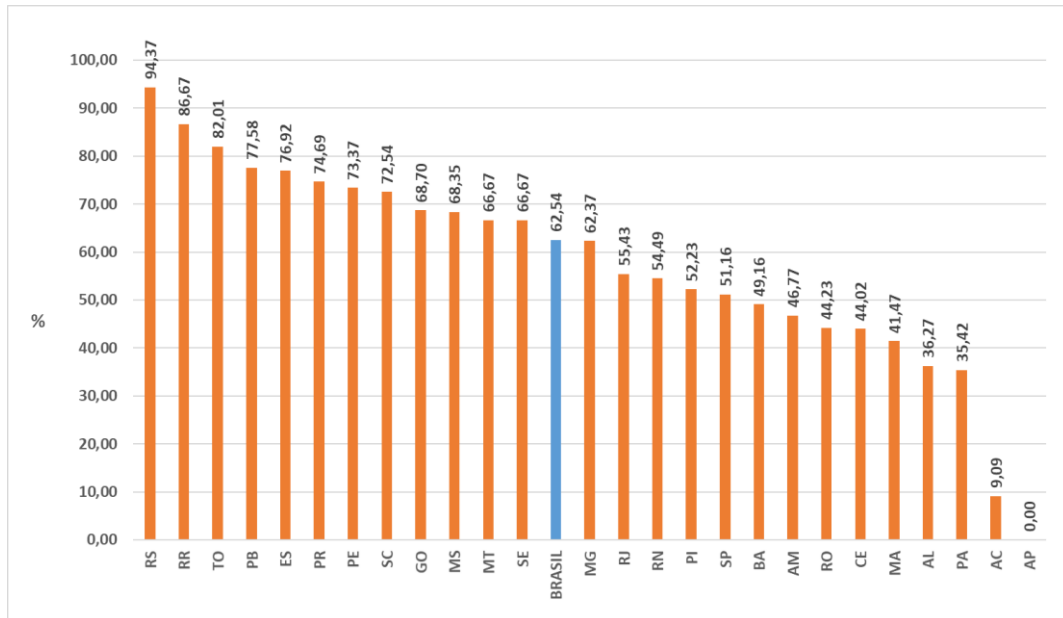
Gráfico 48 – Percentual de municípios que encaminharam os RDQA de 2021 para avaliação no conselho de saúde, segundo quadrimestre janeiro a junho de 2022



Fonte: DGMP. Dados coletados no último dia de cada mês

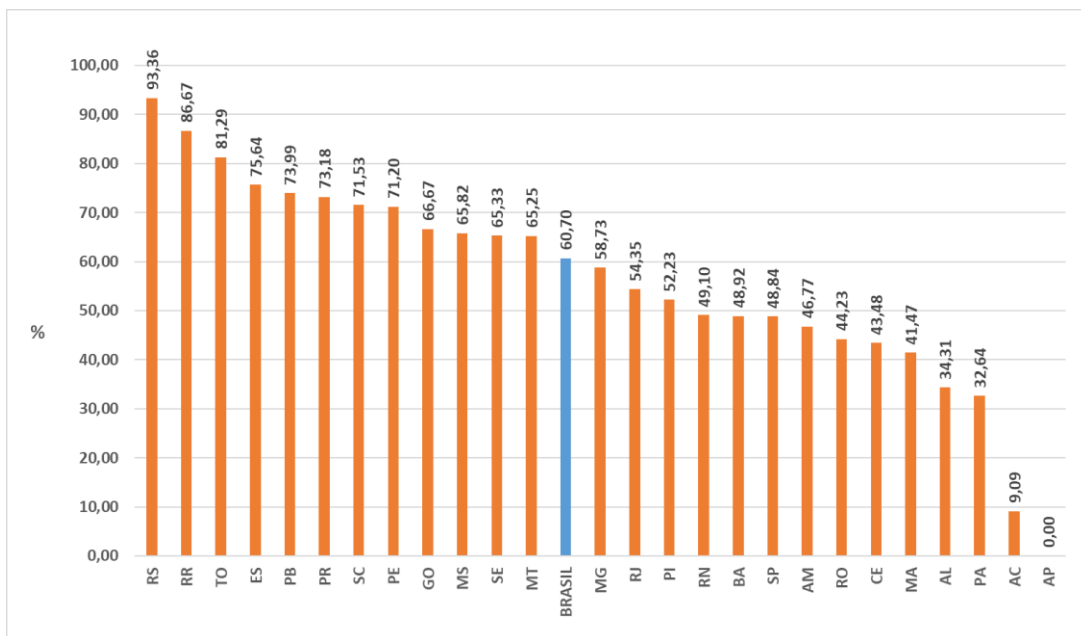
Na análise por cada estado, observa-se que o Rio Grande do Sul apresentou a maior proporção de municípios que encaminharam os relatórios para avaliação no CS (Avaliado + Em análise no CS), nos três quadrimestres de 2021. Os dados estão apresentados no gráficos 49, 50 e 51.

Gráfico 49 – Proporção de municípios que encaminharam o 1º RDQA de 2021 para análise no conselho de saúde, segundo estado



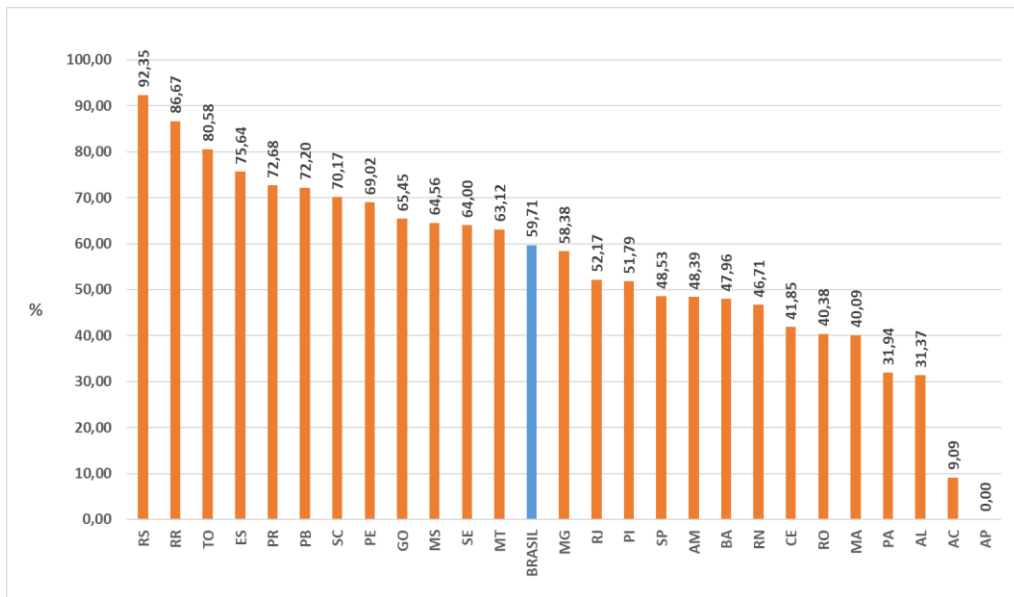
Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/12/2022

Gráfico 50 – Proporção de municípios que encaminharam o 2º RDQA de 2021 para análise no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/12/2022

Gráfico 51 – Proporção de municípios que encaminharam o 3º RDQA de 2021 para análise no conselho de saúde, segundo estado

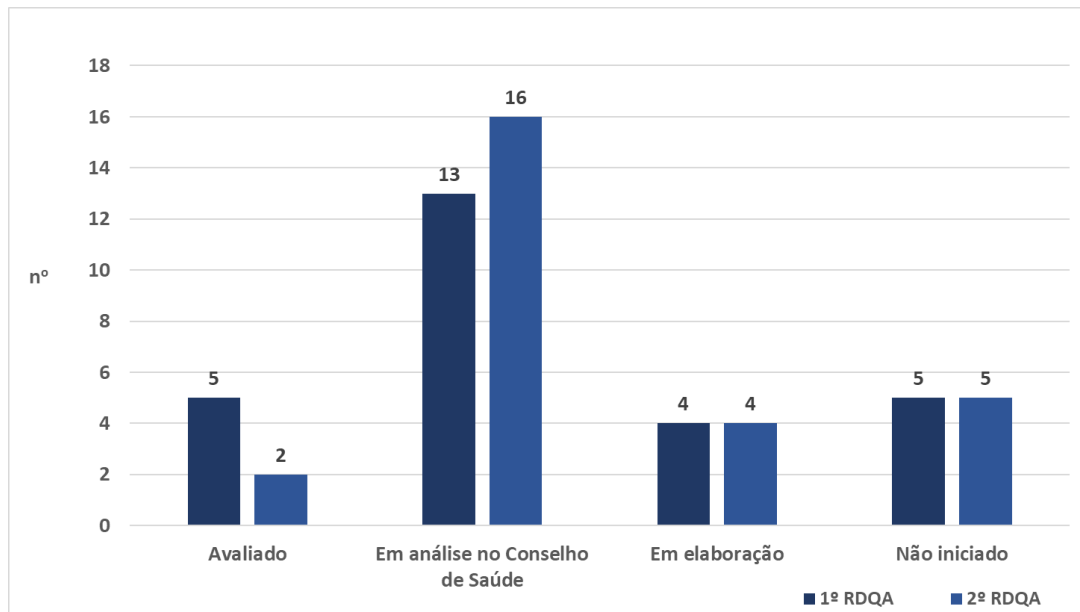


Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/12/2022

RDQA de 2022

Com relação ao ano de 2022, observam-se que nove unidades federativas não haviam encaminhado os dois RDQA de 2022 para avaliação no CS (gráfico 52).

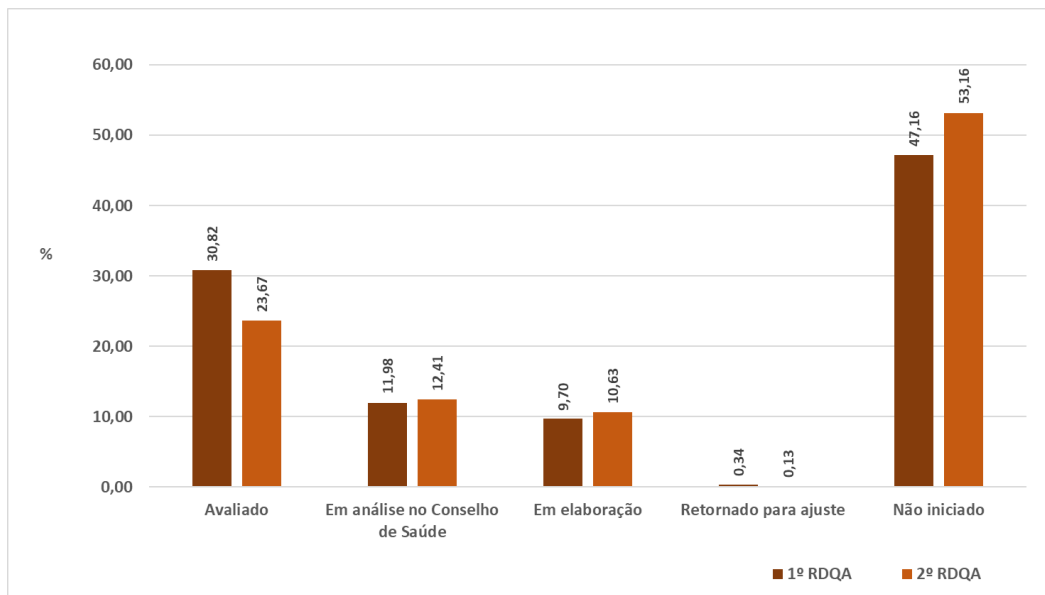
Gráfico 52 – Situação dos RDQA das unidades federativas, segundo status (2022)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/12/2022

No âmbito municipal, verifica-se que 42,80% e 36,08% encaminharam o 1º e 2º RDQA de 2022, respectivamente, para avaliação no CS (gráfico 53).

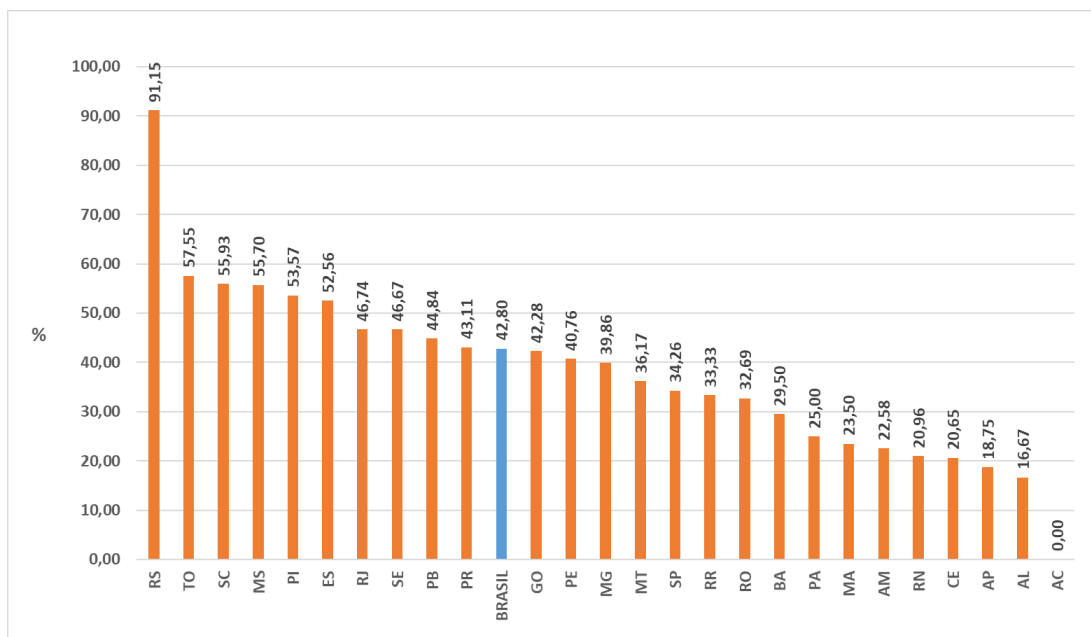
Gráfico 53 – Proporção de municípios brasileiros, segundo situação do 1º RDQA de 2022



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/12/2022

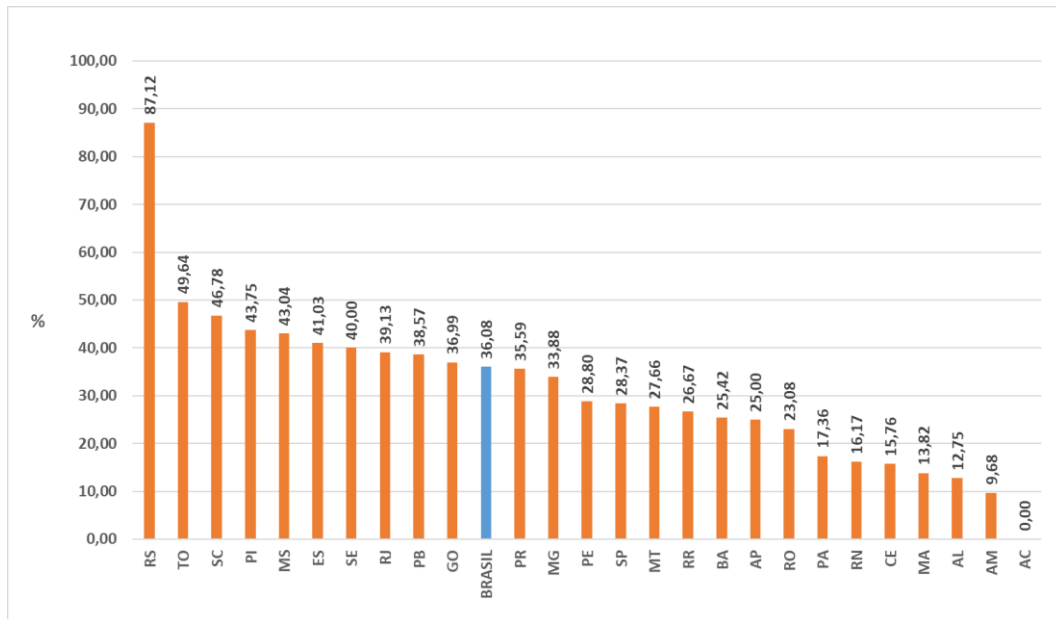
Na análise por cada estado (gráfico 54 e 55), observa-se que o Rio Grande do Sul apresentou a maior proporção de municípios que encaminharam os relatórios para avaliação no CS (Avaliado + Em análise no CS), nos dois quadrimestres de 2022.

Gráfico 54 – Proporção de municípios que encaminharam o 1º RDQA de 2022 para análise no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/12/2022

Gráfico 55 – Proporção de municípios que encaminharam o 2º RDQA de 2022 para análise no conselho de saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/12/2022

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde; FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Manual de planejamento no SUS**. 1. ed. rev. Brasília, DF: MS: Fiocruz, 2016. (Série Articulação Interfederativa, v. 4). Disponível em: <https://bit.ly/planejamentosus>. Acesso em: 9 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual do usuário**: módulo planejamento – DigiSUS Gestor. Brasília, DF: MS, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/manualdgm>. Acesso em: 9 jul. 2021.

Conte-nos o que pensa sobre esta publicação.

Responda à pesquisa disponível por meio do link:

<https://ncv.microsoft.com/BazoIU6zAn>



DISQUE
SAÚDE **136**

Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde
bvsm.sau.gov.br



MINISTÉRIO DA
SAÚDE

Governo
Federal